

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Secretário da Receita vive desgaste por causa de PEC..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes diz que arrecadação será recorde em fevereiro..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PEC emergencial é aprovada em 2º turno na Câmara..... 5

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS negou mais de 20 milhões de pedidos de auxílio-doença em 11 anos..... 8

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Operação da PF contra fraudes a benefícios previdenciários cumpre mandados de busca em Salvador e Camaçari..... 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Afirmar as conquistas democráticas (2)..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

MP que define regras para auxílio deve ficar para próxima semana..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Maior preocupação de CEOs brasileiros são os impostos..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fome cresce e ONGs tentam driblar queda de doações..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com lockdown, empresas pedem isenção de impostos - CAPITAL S/A..... 22

ESTADO DE MINAS - MG - COVID-19
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governadores cobram UTIs..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Supremo legaliza redução de prazo em ações sobre direito de resposta..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em um ano de pandemia, alta dos alimentos é quase o triplo da inflação..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Seguro-desemprego será usado em novo programa de corte de salário, diz Guedes..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Camaçari vive o "desmanche" de fábricas	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Gasolina pressiona a inflação	37
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
A inflação que distorce a economia (3)	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA	
Bolsonaro adapta discurso na Covid para não perder apoio de setor empresarial	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA	
Onyx paga multa de R\$ 189 mil, e corte arquiva processo por caixa 2	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Mercado dá como certa 1º alta do juro em 6 anos	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Economia começa a decolar de novo, afirma Guedes em meio a avanço da Covid	46
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Um governo Lula não assusta; se populismo der em crescimento, melhor	47
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Ambiente econômico deve ser mais desafiador em 2021, diz Fitch	49
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
A maior inflação da comida em 18 anos - VINICIUS TORRES FREIRE	50
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Inflação e desemprego sobem, renda diminui (3)	52
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Majoria projeta alta da Selic para 2,5%	54
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
"Bolsonaro está queimado; centro enfrentará Lula"	57

Secretário da Receita vive desgaste por causa de PEC



Tostes. Para militares, ele não foi leal

JUSSARA SOARES, GERALDA DOCA E MANOEL VENTURA

A atuação do secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, para desidratar a proposta de emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial a fim de proteger o Fisco de medidas de ajuste fiscal causou mal-estar no Palácio do Planalto. A avaliação de fontes do governo é que Tostes ficou desgastado.

Apesar disso, ainda é cedo para dizer se o auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, será substituído. Tostes assumiu o cargo em setembro de 2019, no lugar de Marcos Cintra, demitido após defender a criação de um imposto nos moldes da CPMF.

Nos últimos dias, o secretário articulou nos bastidores para retirar da PEC um trecho que acabava com a previsão de recursos carimbados para a administração tributária - o que, segundo auditores fiscais, ameaçava acabar com a autonomia da Receita. Em reunião interna, Tostes chegou a pedir a Guedes que solicitasse a alteração à Secretaria de Governo.

Na Câmara, a proposta acabou sendo modificada. Segundo integrantes do governo que acompanharam as negociações, a manobra foi vista como um sinal de que o Executivo estava disposto a abrir mão de trechos do projeto, o que teria aberto brechas para

desidratar ainda mais o texto.

A mudança representou uma derrota para o ministro da Economia, que sempre defendeu a desvinculação do Orçamento. Além disso, para os militares, a atitude de Tostes foi inadequada por ele ter se posicionado ao lado da categoria e não ter sido leal a seu chefe, Guedes.

A mudança também teve um efeito colateral sobre segmentos que haviam sido beneficiados pela PEC. Hoje, a Constituição proíbe vinculações de receitas a órgãos, mas admite exceções, entre elas a que beneficia o Fisco.

Na versão inicialmente aprovada na Câmara, foram incluídas nas exceções o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Antidrogas, entre outros. Verbas para a defesa também entraram na lista.

A Receita é alvo de críticas constantes do presidente Jair Bolsonaro. Segundo fontes, o órgão é visto dentro do governo como um dos que mais cria dificuldades desnecessárias para as ações do Executivo.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Guedes diz que arrecadação será recorde em fevereiro

Mariana Ribeiro, Edna Simão, Fabio Murakawa e Matheus Schuch

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a economia brasileira está começando "a decolar de novo" e reforçou que o presidente Jair Bolsonaro "desde o início tem dito que economia e saúde andam juntas".

Segundo ele, os próximos passos seguem essa orientação. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) deverão ser renovados e que "novas medidas" devem ser anunciadas em breve.

O ministro informou que a arrecadação de **tributos** referente a fevereiro, que será divulgada nas próximas semanas pela **Receita Federal**, será recorde histórico para o mês. Ele voltou a destacar que "a palavra de ordem é vacinação em massa". E acrescentou: "Tem que cuidar da saúde, evidentemente; mas não podemos descuidar da economia".

"Nós temos seguro-desemprego, a pessoa é mandada embora e o governo dá R\$ 1 mil. Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro-emprego? Em vez de esperar alguém ser demitido e dar R\$ 1 mil, vamos evitar a demissão pagando os R\$ 500 antes. Um seguro-emprego", disse em reunião da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, onde falou ao lado do presidente.

O ministro acrescentou que ao "invés de uma cobertura de quatro ou cinco meses, como é hoje o seguro-desemprego", haverá uma "cobertura de 11 meses, 12 meses pela metade do custo". A ideia da equipe econômica é renovar o BEm por mais quatro meses. Como o programa tem impacto fiscal, uma possibilidade é que o custo seja dividido com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por meio da antecipação de parcelas do seguro-desemprego.

Assim como no ano passado, a empresa que aderir ao programa terá que garantir ao trabalhador uma estabilidade pelo mesmo período de tempo que se beneficiou do auxílio do governo, ou seja, até no máximo quatro meses dependendo do acordo fechado.

Se prosperar a divisão dos custos com o FAT, o governo ainda vai assegurar o pagamento de até três meses de seguro-desemprego (em caso de demissão). Por isso o ministro disse que o trabalhador estaria protegido por até 11 meses, tempo para atravessar esse período mais difícil da pandemia.

O representante da Força Sindical no Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), Sérgio Luiz Leite, disse que "não tem sentido um programa de proteção ao emprego que utiliza um programa de proteção pós-emprego". Ele diz que, quando o período de estabilidade do programa acabar, o trabalhador poderá perder o emprego e não ter o auxílio necessário pois o seguro-desemprego foi utilizado pelo governo para ajudar no financiamento da folha de pagamento das empresas. No ano passado, a União assumiu todo o custo.

No cardápio de medidas, ainda há a flexibilização temporária das regras trabalhistas para permitir, por exemplo, a antecipação de férias, decretação de férias coletivas; aproveitamento e antecipação de feriados, diferimento (adiamento) do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), flexibilização de regra de bancos de horas.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PEC emergencial é aprovada em 2º turno na Câmara



Salto: diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) diz que até aumentos estão permitidos no ano eleitoral

Marcelo Ribeiro

Após acordo costurado pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), para liberar as promoções e as progressões dos **servidores públicos**, os deputados caminhavam ontem à noite para concluir a análise da proposta de emenda constitucional (PEC) emergencial.

A sessão ocorria com mais tranquilidade do que na véspera e a expectativa era que a sessão do Congresso para promulgar o texto ocorresse hoje, mas ela acabou ficando para a próxima semana. O objetivo dos parlamentares é destravar rapidamente o envio da medida provisória (MP) que estabelecerá a retomada do pagamento do auxílio emergencial por quatro meses, entre março e junho.

Até o fechamento desta edição, os deputados ainda analisavam sugestões de mudanças apresentadas por bancadas partidárias. Para evitar surpresas como a do dia anterior, o governo foi atuante desde o início da sessão.

O ministro da Secretaria de Governo da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, chegou ao Congresso antes da abertura da ordem do dia, com o objetivo de mobilizar os deputados e evitar novas desidratações no texto da PEC.

Antes de assumir o comando da sessão, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou a jornalistas que a manutenção do texto era "imperiosa", em função do acordo fechado horas antes. "O governo cedeu um pouco, o plenário da Câmara ajustou", declarou.

Ele demonstrou confiança de que encerraria a apreciação da PEC ainda ontem. "É importantíssimo que nós terminemos hoje essa PEC, para dar tempo de se tomar as providências necessárias e passarmos para outros assuntos, que são justamente a reforma administrativa, com a CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] já instalada, e a liberação do relatório", disse Lira.

"Vamos trabalhar neste fim de semana para que se apresente também o mais rápido possível o relatório da **reforma tributária**", acrescentou.

Depois de rejeitar dos requerimentos de obstrução com facilidade, a Câmara aprovou, com apoio de 366 deputados, o texto-base da PEC emergencial em segundo turno. Na sequência foram aprovados os destaques que liberaram promoções e progressões para **servidores públicos**. Segundo o líder do governo na Câmara, estimativas da equipe econômica apontam que o impacto da medida é de cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano.

Com as emendas, a proibição deixará de ser incluída na Constituição e no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme previam dispositivos previstos na PEC.

A concessão foi acertada ontem por Barros para evitar que os deputados acatassem, durante análise de primeiro-torno da PEC, um destaque do PT que sugeria a retirada da PEC gatilhos de ajuste fiscal para os Estados e municípios quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente.

Um dia antes, parlamentares já tinham desidratado o texto ao rejeitarem a desvinculação de receitas de **impostos** a fundos, despesas e órgãos específicos, entre eles a **Receita Federal**. Auditores fiscais pressionaram pela alteração por avaliarem que a medida poderia prejudicar o repasse de recursos para a Receita.

A aprovação da mudança jogou por terra o aceno de

Lira sobre a possibilidade de emplacar a íntegra do texto do Senado. Na votação do destaque do PDT, 302 parlamentares votaram contra a mudança, seis a menos do que o necessário para derrubar a emenda.

Mesmo com relatos de parlamentares de que Guedes não seria favorável à desvinculação para a **Receita Federal**, o líder do governo na Câmara, desmentiu os rumores e orientou, sem sucesso, pela manutenção do texto.

"As pessoas receberam ligações dizendo que o Ministério da Economia estava favorável, mas não é verdade. A posição do governo é manter o texto", assegurou Barros..

Na ocasião, o ministro Ramos, articulador político do Palácio do Planalto, precisou se deslocar para as dependências do Congresso Nacional para evitar que a derrota fosse ainda maior. Auxiliares da equipe econômica, como Esteves Colnago, assessor especial do ministro Paulo Guedes, também estiveram presentes para participar das articulações.

"É muito barulho por quase nada"

Tal como estava na tarde de ontem, com sua votação ainda não concluída, a proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial criava condições para a concessão de reajustes salariais em 2022, ano eleitoral. E proporcionava zero de ajuste fiscal para as contas federais no ano que vem. A avaliação foi feita pelo diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto.

"É muito barulho por quase nada", disse. Por um lado, a PEC cumpria seu objetivo central de liberar R\$ 44 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial. Por outro, complicava o texto constitucional para um resultado modesto em termos de ajuste fiscal. Esse tendia a ser o saldo da estratégia do ministro da Economia, Paulo Guedes, de atrelar o benefício social a um programa estrutural de ajuste nas contas públicas.

O espaço para dar reajustes salariais no ano que vem é resultado de um conjunto de fatores. O principal deles é que as medidas de cortes nos gastos só serão acionadas, na esfera federal, quando as despesas obrigatórias alcançarem 95% da despesa primária total, ambas sujeitas ao teto. Nas contas da IFI, isso só ocorrerá em 2025.

Isso não significa um "liberou geral" nos gastos federais até lá. A regra do teto de gastos continua valendo. Mas a alta da **inflação** dos últimos meses fará com que o teto de 2022 seja reajustado em 6,2%, que é a taxa medida no meio deste ano pelas contas

da IFI. Ao fim de 2021, porém, a **inflação** estará mais comportada, em 3,6%. Essa diferença abrirá uma folga sob o teto para acomodar despesas.

Esse espaço não poderia ser ocupado com reajustes salariais se o limite para acionamento dos gatilhos da PEC emergencial fosse de 93%, e não 95%. Salto questiona por que o governo não fez uma calibragem mais precisa para poder acionar os gatilhos em 2022.

Os cálculos da IFI indicam que os gastos da União com pessoal poderiam cair dos 4,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2020 para 3,6% em 2026, na hipótese de não haver reajustes no período. As condições para que essa economia deixe de ocorrer, porém, estavam colocadas pela PEC emergencial.

As progressões e promoções que, por pressão explícita do presidente da República, caminhavam para ser autorizadas mesmo em caso de calamidade, podem representar um gasto adicional de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões por ano. No caso dos Estados, algo próximo a R\$ 4 bilhões, supondo uma taxa de crescimento vegetativo da folha de 3%.

Ao colocar na Constituição que o gasto com o auxílio emergencial será de R\$ 44 bilhões, o governo colocou uma trava no valor do benefício. Mas, ao mesmo tempo, complicou o processo, caso seja necessário elevar essa despesa. Quatro parcelas com valor médio de R\$ 250 podem não ser suficientes, a depender do andamento da vacinação, avaliou.

Algum ajuste fiscal será feito, afirmou Salto. Nos Estados, por exemplo, supondo que as 14 unidades da federação que estão em condições de acionar os gatilhos o farão, a economia com pessoal será da ordem de R\$ 1,3 bilhão ao ano. "Não chega nem perto do que representaria o necessário esforço fiscal", comentou.

Cortes maiores poderão vir com a revisão de gastos tributários. Mas, ao excluir programas como Simples e Zona Franca de Manaus, o governo deixou metade das renúncias fiscais fora do alcance do ajuste. A PEC dá prazo de seis meses para que o Executivo envie uma proposta de corte. Mas essa precisa passar pelo Congresso para ser concretizada. Nada garante uma apreciação rápida.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

PEC desidratada

O que permanece e o que foi tirado do relatório da PEC emergencial

Mantido	
Tema	O que prevê
■ Auxílio emergencial	Fora do teto de gastos e com custo total de R\$ 44 bilhões
■ Calamidade pública nacional	Se decretada, aciona gatilhos para conter despesas, como congelamento do salário de servidores
■ Emergência fiscal	Medidas de ajuste fiscal e gatilhos para União, Estados e municípios quando despesas se elevarem acima de um patamar
■ Dívida pública	Lei complementar deve trazer medidas para sustentabilidade da dívida
■ Benefícios tributários	Governo terá de apresentar plano para redução e corte desses benefícios
■ Precatórios	Estende para 2029 prazo para que Estados e municípios os paguem, mas desobriga União de oferecer financiamento para pagamento deles
Retirado na Câmara*	
Tema	O que previa
■ Servidores públicos	Proíbe promoção e progressão de carreira durante emergência fiscal ou calamidade
■ Receitas tributárias	Desvincula essas receitas para usos em áreas específicas, como meio ambiente, saúde e social
Retirado na Senado	
Tema	O que previa
■ Saúde e educação	Extingue gasto mínimo com essas duas áreas
■ Vinculações de receitas	Extingue essas vinculações
■ Municípios pequenos	Extingue aqueles que não tenham recursos para se sustentar
■ Fundos públicos	Extingue esses fundos
■ Servidores públicos	Extingue obrigatoriedade de reajuste anual e cria gatilhos para reduzir jornada e salário em até 25% e para cortar 20% de cargos de confiança
■ FAT	Extingue transferências de recursos do fundo ao BNDES
■ Emendas parlamentares	Limita correção de valores delas
■ Conselho Fiscal da República	Cria esse grupo
■ Dotação orçamentária	Torna-se necessária para cumprir decisão judicial ou lei que aumente despesas
■ TCU	Torna-se instância superior a tribunais de conta estaduais e municipais

Fonte: Congresso Nacional. *Votação dos destaques na Câmara dos Deputados ainda não havia se encerrado no fechamento desta edição

INSS negou mais de 20 milhões de pedidos de auxílio-doença em 11 anos

Por *Marta Cavallini, G1*

A diarista Keila Aparecida dos Santos, de 46 anos, está há dois anos sem auxílio-doença. Ela recebeu de 2016 a 2018, até ter o benefício interrompido. A diarista então recorreu e, em dezembro do ano passado, veio a resposta negativa do **INSS**.

Ela fez um novo pedido em fevereiro e tem perícia marcada para abril. Keila vai apresentar um novo laudo que mostra hérnias de disco na coluna lombar que a impedem de trabalhar em serviços domésticos. O médico recomendou no laudo que ela usasse bengala devido ao risco de quedas.

"Não estou trabalhando e nem recebendo. Estou sobrevivendo com muita dificuldade, pois sou mãe solteira e meu filho tem 14 anos. Às vezes tento fazer um bico ou outro, mas a dor nas costas é constante", conta. Keila tentou receber o Auxílio Emergencial no ano passado, mas também não conseguiu.

Keila é uma entre milhões de brasileiros que tiveram o pedido de auxílio-doença negado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) nos últimos anos.

Dados fornecidos pelo próprio **INSS** ao Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) mostram que, do total de 39,3 milhões de pedidos de benefícios previdenciários recusados entre 2010 e 2020, quase 21 milhões foram de auxílio-doença, ou seja, 53,2%.

Os dados do **INSS** mostram aumento no número de indeferimentos de auxílio-doença, principalmente de 2019 para 2020. Veja no quadro abaixo:

INSS fecha 2020 com 1,7 milhão de benefícios repesados; tempo médio é de 66 dias para concessão. Mais de 530 mil pedidos na fila do **INSS** são de benefícios assistenciais. Crise leva trabalhador a parar de contribuir com o **INSS**; veja os efeitos e o que fazer

Antecipação e pente fino

No ano passado, devido à pandemia, o **INSS** estabeleceu a antecipação do pagamento de um salário mínimo - que era de R\$ 1.045 - para quem tinha direito ao auxílio-doença. Os segurados não precisavam passar por perícia - era preciso enviar o

atestado médico pelo Meu **INSS**.

O **INSS** afirmou ao G1 que, em virtude da pandemia, o benefício de auxílio-doença foi alterado em 2020. Até aquele ano, segurados que possuíam benefícios indeferidos, conforme lei 8.213, tinham o prazo de 30 dias para requerer recurso e, após 30 dias, poderiam fazer novo requerimento.

Em 2020, em virtude da pandemia e as antecipações no valor de um salário mínimo, foi aberta a possibilidade de o requerente entrar a qualquer tempo com novo pedido (podendo ter mais de um pedido em aberto, assim como logo após um indeferimento, fazer novo requerimento).

"Essa sistemática de 2020 fez com que o número de requerimentos aumentasse de forma considerável, bem como a quantidade de indeferimentos, devido à duplicidade", informa o instituto.

Para Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, o aumento do indeferimento do auxílio-doença se deu a partir de 2016, após a implantação de pente fino ainda no governo de Michel **Temer**, com uma varredura nos benefícios pagos pelo **INSS** para combater fraudes.

De 2015 para 2016, o aumento de indeferimentos foi de 62% - de 1.365.464 para 2.181.319. E, desde então, o número de recusas se mantém no patamar acima de 2 milhões.

"A política do pente fino, além de cessar vários benefícios em manutenção, ainda passou a indeferir os novos requerimentos sob os mesmos prismas de análise", informa Cherulli.

Para o vice-presidente do IBDP, essa medida gerou outro efeito: o atolamento judiciário com benefícios por incapacidade. "O IBDP estuda atentamente os dados do pente fino, cuja economia ainda é questionável visto ao aumento da judicialização e a demora processual, fatores que colaboram para o aumento do custo dos processos administrativos e judiciais.

2020 teve o maior número de indeferimentos

Além do auxílio-doença, a aposentadoria também tem número elevado de indeferimentos entre 2010 e 2020.

Veja abaixo os benefícios com maior número de recusas do **INSS** no período:

Auxílio - Doença Previdenciário: 20.969.648
Aposentadoria por Tempo de Contribuição: 5.032.616
Aposentadoria por Idade: 4.183.089
Amparo Social Pessoa Portadora Deficiência (BPC): 3.218.398
Auxílio Salário Maternidade: 2.650.691
Pensão por Morte Previdenciária: 1.659.028

Em todos esses benefícios, o ano de 2020 teve o maior número de indeferimentos, com exceção de Amparo Social Pessoa Portadora Deficiência e Pensão por Morte Previdenciária.

O total de pedidos de benefícios previdenciários recusados entre 2010 e 2020 foi de 39.301.497. Novamente, o ano de 2020 teve o maior número de indeferimentos. Veja no gráfico abaixo:

O **INSS** informou que "analisa os requerimentos com base única e exclusiva na lei previdenciária vigente e demais normativos. Desta forma, as análises de pedidos são feitas única e exclusivamente no cumprimento do que determina a regulamentação legal e infralegal".

Desempregados têm maior número de indeferimentos

Por tipo de filiação, os desempregados tiveram o maior número de indeferimentos de benefícios de 2010 a 2020 - 68,5% do total. Veja abaixo:

Desempregado: 26.943.574
Empregado: 4.432.119
Segurado Especial: 3.630.102
Autônomo: 3.324.504

Em todas as categorias, o ano de 2020 teve o maior número de indeferimentos, com exceção dos desempregados, que tiveram o menor número desde 2015.

No caso dos empregados, o salto de 2019 para 2020 foi mais que o dobro (de 457.098 para 1.154.065). Os autônomos também tiveram um pico nas recusas: de 384.034 em 2019 para 661.242 em 2020.

No caso dos segurados especiais (agricultores familiares e pescadores artesanais), o IBDP destaca o aumento de 91% entre 2018 a 2020 - de 288.429 para 552.246.

De acordo com Jane Berwanger, diretora científica do IBDP, segurados especiais da **Previdência Social** têm direito a aposentadoria por idade, benefícios por incapacidade comum ou acidentário (permanente ou temporária), entre outros.

"É dentre todos os tipos de segurado o que mais

apresenta complexidade, em razão de seu conceito e da forma de comprovação de sua atividade alinhado com entendimentos diversificados nos tribunais brasileiros", explica.

Já as faixas etárias com maior número de indeferimentos entre 2010 e 2020 são as seguintes:

55-59 anos: 6.309.339
50-54 anos: 5.686.479
60-64 anos: 5.105.778
45-49 anos: 4.195.301

Por ramo de atividade, os indeferimentos entre 2010 e 2020 atingem principalmente os comerciários (12.520.818) e trabalhadores rurais (4.440.662).

Concedidos

Já o número de benefícios concedidos entre 2010 e 2020 foi de 54.918.904. Após se manter no patamar de 5 milhões de deferimentos desde 2016, o número caiu para 4,8 milhões em 2020. Veja no gráfico abaixo:

Novamente, o auxílio-doença é o benefício com maior número de concessões entre 2010 e 2020. Veja abaixo:

Auxílio-Doença Previdenciário: 23.530.987
Aposentadoria por Idade: 7.070.982
Auxílio Salário Maternidade: 6.623.596
Pensão por Morte Estatutária: 4.624.762
Aposentadoria por Tempo de Contribuição: 3.560.757
Auxílio-Doença por Acidente do Trabalho: 2.625.627

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/12/inss-negou-mais-de-20-milhoes-de-pedidos-de-auxilio-doenca-em-11-anos.ghtml>

Operação da PF contra fraudes a benefícios previdenciários cumpre mandados de busca em Salvador e Camaçari

Por G1 BA

Operação foi deflagrada na manhã desta sexta-feira, em Salvador e Camaçari - Foto: Divulgação/Polícia Federal

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta sexta-feira (12) uma operação conjunta com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que visa desarticular um grupo criminoso que fraudava benefícios previdenciários na Bahia. A ação cumpre dois mandados de busca e apreensão nas cidades de Salvador e Camaçari, localizada na região metropolitana.

De acordo com a PF, as investigações que culminaram na Operação Nocivum apontam que a fraude se dava mediante a falsificação de documentos utilizados para comprovar perante o **INSS**, falsamente, a exposição de trabalhadores a agentes nocivos à saúde, tais como produtos químicos, ruídos, calor, entre outros.

Com isso, os investigados conseguiam reduzir o tempo de trabalho necessário para a obtenção da aposentadoria.

O valor do prejuízo estimado com as fraudes é de R\$ 2,5 milhões, relativos a cerca de 20 benefícios previdenciários suspeitos. Ainda segundo a PF, a previsão é de que esses números aumentem com o avançar das investigações e a identificação de outras fraudes.

Os envolvidos responderão por diversos crimes, dentre eles integrar associação criminosa, estelionato previdenciário, falsificação de documento público e uso de documento falso. Se somadas, apenas para esses crimes podem chegar a mais de 25 anos de prisão.

Confira mais notícias do estado no G1 Bahia.

Assista aos vídeos do G1 e TV Bahia

Site:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/03/12/operaca>

***o-da-pf-contra-fraudes-a-beneficios-previdenciarios-
cumpre-mandados-de-busca-em-salvador-e-
camacari.ghtml***

Afirmar as conquistas democráticas (2)

Carlos Lupi, presidente do PDT; Carlos Siqueira, presidente do PSB; Gleisi Hoffmann, presidente do PT; Juliano Medeiros, presidente do PSOL; e Luciana Santos, presidente do PC do B

No artigo 5º da Constituição Federal, a ordem jurídica brasileira elencou um rol de direitos e garantias a todos os brasileiros. O dispositivo garante a inviolabilidade à liberdade, à honra e à imagem das pessoas, declara o direito ao devido processo legal, diz serem inadmissíveis as provas obtidas por meios ilícitos e afirma, também, o princípio da presunção de inocência.

Essas garantias são conquistas civilizatórias. Não se confundem com um ritual burocrático ou formalidade desprovida de eficácia concreta. Foram colocadas na Carta por simbolizarem parte do arcabouço jurídico de índole superior no processo da redemocratização do país.

Nesse contexto, a Operação Lava Jato, criada há quase sete anos supostamente para investigar desvios de recursos públicos, pode ser vista sob diversos aspectos: jurídico, institucional, político.

Desde março de 2014 o país lida com uma operação de investigação criminal como uma espécie de reality show. Sem qualquer rigor técnico-jurídico foram decretadas um sem-número de conduções coercitivas sem que fosse feita intimação prévia, como determina o artigo 218 do Código de Processo Penal brasileiro, vazamentos seletivos de dados sigilosos, prisões preventivas sem fundamentação legal. Foram organizadas coletivas para apresentar denúncias, assinados acordos de colaboração premiada com réus presos, utilizadas delações sem provas. Julgamentos foram realizados em tempo recorde, de acordo com o calendário político-eleitoral. Tudo isso em uma ensaiada espetacularização.

A forma das divulgações fez com que a operação parecesse sempre transitar entre realidade e ficção, e seus membros, **servidores públicos** no exercício de suas funções, fossem tratados como heróis.

A partir de junho de 2019, por meio da ação de um grupo de hackers, o país teve acesso às conversas totalmente antirrepublicanas travadas entre procuradores da força-tarefa e outros atores, sobretudo com o juiz que conduzia os processos, Sergio Moro. A sociedade teve conhecimento de informações estarecedoras da ação de agentes de

outros países em território brasileiro, sem o aval das autoridades a quem caberia a autorização. Diálogos mostram que todas as ações eram combinadas entre os procuradores e o juiz, a quem chamavam de "Russo", em evidente ultraje ao que é exigido pelo princípio da imparcialidade.

O apelo ao discurso do combate à corrupção e críticas genéricas ao sistema político alimentou o senso comum da antipolítica, intimidando qualquer reação em favor da legalidade, e foi combustível para o crescimento de discursos radicais à direita. Nas democracias representativas, os partidos políticos são órgãos essenciais ao regime, com compromisso pela defesa da concretização dos ideais de paz e tolerância, legalidade e justiça social.

O devido processo legal constitucional é uma conquista democrática. É papel de todas as instituições republicanas defenderem-no. O pacto fundamental que possibilitou a Constituição de 1988 não pode ser aviltado, cabendo à Suprema Corte do país tomar as providências para julgar os desvios de poder cometidos pelos membros da Operação Lava Jato e reafirmar o pleno respeito aos direitos e garantias inerentes à cidadania e à dignidade da pessoa humana. Todas as pessoas merecem do Estado um processo justo.

[...]

Foram organizadas coletivas para apresentar denúncias, assinados acordos de colaboração premiada com réus presos, utilizadas delações sem provas. Julgamentos foram realizados em tempo recorde, de acordo com o calendário político-eleitoral. Tudo isso em uma ensaiada espetacularização

Carlos Lupi, presidente do PDT; Carlos Siqueira, presidente do PSB; Gleisi Hoffmann, presidente do PT; Juliano Medeiros, presidente do PSOL; e Luciana Santos, presidente do PC do B

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

63

MP que define regras para auxílio deve ficar para próxima semana



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante votação em 2º turno da PEC Emergencial Najara Araújo/Câmara dos Deputados

Bernardo Caram, Danielle Brant, Renato Machado, Coronel Nylton Rodrigues Ribeiro Filho

Embora a Câmara caminhasse para concluir a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), não definiu uma data para a promulgação do texto em sessão conjunta de senadores e deputados.

Com isso, a publicação da MP (medida provisória) com as regras do auxílio emergencial deve ficar para semana que vem.

Para tentar assegurar o pagamento do auxílio já em março, o governo aguarda a promulgação da PEC Emergencial pelo Congresso para enviar, no mesmo dia, a MP que define os critérios para concessão do benefício.

Inicialmente, a expectativa era que a promulgação ocorresse nesta sexta-feira (12), segundo a assessoria do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). O ato, no entanto, deve ficar para a próxima semana por causa da indefinição sobre a votação na Câmara.

"Vamos aguardar a decisão final. Tão logo haja, vamos avaliar o cenário do ponto de vista regimental", disse.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao deixar a votação da PEC Emergencial, afirmou que o atraso na promulgação não afetaria o pagamento do auxílio em março.

"Eu espero que não e eu acho que não. O auxílio

emergencial será pago e mandado através de medida provisória, e a medida provisória tem efeito imediato", afirmou.

A votação da PEC Emergencial estava sendo finalizada na noite desta quinta-feira (11). A promulgação, que será feita por Pacheco, abre caminho para que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) edite a MP que vai permitir o pagamento do auxílio.

A PEC Emergencial foi a prova da como parte de um acordo entre o governo e o Legislativo. Para que a nova rodada da assistência fosse liberada, a equipe econômica negociou a votação da emenda constitucional que estabelece gatilhos de ajuste fiscal para crises futuras.

O texto retira o gasto com o auxílio das restrições fiscais. O limite estabelecido pela PEC para o pagamento da assistência em 2021 é de R\$ 44 bilhões, que ficarão fora do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da **inflação**.

Caberá à MP definir todos os detalhes e critérios para a nova rodada do benefício. As parcelas devem ser variáveis, a depender da composição familiar. A última versão da medida previa valor padrão de R\$ 250 por quatro meses. Mulheres chefes de família devem receber R\$ 375, enquanto o pagamento para pessoas que vivem sozinhas deve ficar em R\$ 150 -o ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a mencionar o valor de R\$ 175 para esses beneficiários.

Pelo plano do governo, a primeira parcela seria paga ainda no mês de março, com duração até junho.

No início das negociações para a proposta, Guedes afirmou que o novo programa poderia beneficiar 30 milhões de pessoas. Esse público chegou a ser ampliado em estudos internos da pasta, mas o formato final ainda não foi divulgado.

Entre os planos do governo, estava o de liberar o pagamento para apenas uma pessoa por família. Em 2020, o auxílio foi pago a até dois membros por unidade familiar.

A votação da PEC foi acompanhada de perto pelo

ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), responsável pela articulação política e que esteve no plenário para evitar novas tentativas de desidratar a proposta.

O texto-base foi aprovado por 366 votos a 127 -eram necessários ao menos 308 para a proposta passar. Os deputados ainda analisavam propostas de modificação ao texto até a conclusão deste texto. Sem mudanças de mérito, a PEC segue para promulgação.

O presidente da Câmara chegou à Casa no final da manhã desta quinta acompanhado de Ramos. Ele falou rapidamente com jornalistas e afirmou que a manutenção do texto da PEC era "imperiosa" pelos acordos feitos.

"O governo cedeu um pouco, o plenário da Câmara ajustou", disse. "É importantíssimo que nós terminemos hoje [ontem] essa PEC, para dar tempo de se tomar as providências necessárias e passarmos para outros assuntos, que são justamente a reforma administrativa, com a CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] já instalada, e a liberação do relatório [da reforma tributária]."

Lira minimizou a presença de Ramos na votação. "Ele é o ministro da Secretaria de Governo, é quem trata da política do governo, é quem tem a relação com os parlamentares", disse. "É função dele estar em contato direto com o Parlamento, para acompanhar votações importantes para o governo. Nada de especulação."

Na quarta, para que os deputados não derrotassem a estrutura central da proposta, o governo teve de abrir mão de parte do ajuste e liberar promoções e progressões para servidores. Para isso, suprimiu da PEC dois dispositivos que tratavam do assunto.

Avaliação preliminar do Ministério da Economia indica que o impacto da liberação das promoções e progressões é de cerca de R\$ 1,5 bilhão em um ano para o governo.

Levantamento do CLP (Centro de Liderança Pública) estima que o impacto total da PEC aprovada pelo Senado, incluindo economia de gastos e redução de incentivos tributários, era de R\$ 155,3 bilhões em uma década. Com a desidratação da Câmara, esse valor caiu para R\$ 120,6 bilhões.

Desse total, R\$ 100 bilhões foram estimados considerando que o governo vai enviar e aprovar o plano de redução de benefícios tributários. Essa economia, portanto, é incerta.

Desse modo, foi projetada uma redução efetiva de gastos em dez anos de apenas R\$20,6 bilhões, sendo

R\$ 12,8 bilhões para estados e municípios e R\$ 7,8 bilhões para a União.

Isso significa que, em dez anos, a economia potencial da medida para o governo corresponde a menos de 20% do valor previsto para ser desembolsado em 2021 com o auxílio.

Na avaliação do gerente de causas do CLE| José Nascimento, a PEC é positiva e traz mecanismos importantes como o plano de redução de incentivos fiscais, melhor uso de recursos de fundos públicos e alguns gatilhos de ajuste fiscal. Ele critica, no entanto, o movimento do Congresso e do próprio Palácio do Planalto para desidratar o texto.

"O texto original trazia gatilhos mais duros de cortes de gastos no setor público, mas a gente perdeu vários. Tendo em vista essa sinalização do Planalto de não propor adequações que cortem na carne, como diz o ministro Guedes, a gente tem que ir para outras oportunidades."

OPINIÃO

É preciso blindar as polícias das investidas da política ruim

Em fevereiro de 2017, eram duas horas da madrugada do quarto dia da greve da Polícia Militar. O então governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, me telefonou. O momento era dramático. Pela primeira vez em quase 200 anos de existência a PM do estado paralisava integralmente a prestação de seus serviços. Nem o 190 funcionava.

A população estava em pânico diante de um movimento que deixou os capixabas reféns da criminalidade, mesmo com o pagamento dos servidores em dia e próximo ao teto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O governador me ligava da UTI de um hospital em São Paulo, pois havia sido submetido a tratamento cirúrgico para um câncer na bexiga. Naquele telefonema que recebi ainda em minha cama, com minha esposa me olhando fixamente, aterrorizada, fui convidado para assumir o cargo de comandante-geral da PM em meio à maior crise da história da segurança pública do Espírito Santo, com potencial para se espalhar por todo o Brasil.

O convite foi aceito.

A paralisação se estendeu por 21 dias daquele revoltoso mês de fevereiro. Foram registrados mais de 220 homicídios e milhares de furtos, roubos e arrombamentos. Hoje, fica evidente que, por trás do

movimento paredista, atuava um pequeno grupo movido por projeto político pessoal. Alguns deles eleitos com a promessa de anistia aos crimes praticados.

Incitaram a todo momento a paralisação, a prática de graves transgressões disciplinares, insubordinações e crimes eom o flagrante objetivo de gerar o caos social, tudo como insana estratégia de buscar capital político.

Tentaram pôr fogo no Espírito Santo em busca devotos.

Nossas instituições policiais precisam estar atentas e vacinadas contra aqueles que possuem a inescrupulosa intenção de a sálas indevidamente em benefício político próprio. O caminho trilhado pela maioria absoluta dos nossos valorosos policiais sempre foi o do comprometimento com o povo e com os princípios e valores de suas instituições.

É preciso blindar as polícias das investidas da política ruim, que segue a cartilha do quanto pior melhor, que enxerga a revolta como forma de ganhar uma eleição.

Discursos radicais e inflamados que apontam para paralisações de atividades policiais em busca da justa valorização profissional são injustos com o já sofrido e sacrificado povo. As consequências são as piores para a população e para as instituições.

Não precisa ser assim, tudo na vida tema forma correta e legal de fazer. É vital afastar qualquer forma equivocada que desampare e desproteja as pessoas.

Devemos, sim, estar sempre buscando a evolução a e valorização de nossas instituições policiais, mas com a clareza de que os reais interesses institucionais e a responsabilidade devem iluminar os esforços.

Não precisamos abrir mão de nossas tradições e valores para avançar. Devemos tratar bem da nossa história e conduzir as polícias ao encontro dos anseios da população. Nossas instituições são capazes de entender as lições do passado e a fundamental necessidade de continuarmos contribuindo para um futuro de paz, prosperidade e justiça.

Após o fim do movimento paredista, o STF reforçou sua posição sobre a ilegalidade de greve de policiais, citando inclusive o caso do Espírito Santo. O Ministério Público Federal moveu ação responsabilizando as associações representativas e pedindo ressarcimento ao prejuízo sofrido em razão da greve.

Já o atual governador enviou projeto de lei à Assembleia solicitando anistia aos policiais punidos e processados administrativamente por envolvimento na

greve.

Qualquer caminho radical em busca de valorização soa como canto da sereia, e esse só encanta o ego daqueles que constroem seus capitais políticos sobre as cinzas da população e da própria tropa a qual prometiam avanços, mas que colheu processos, ainda não anistiados na esfera federal, e graves problemas de saúde.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

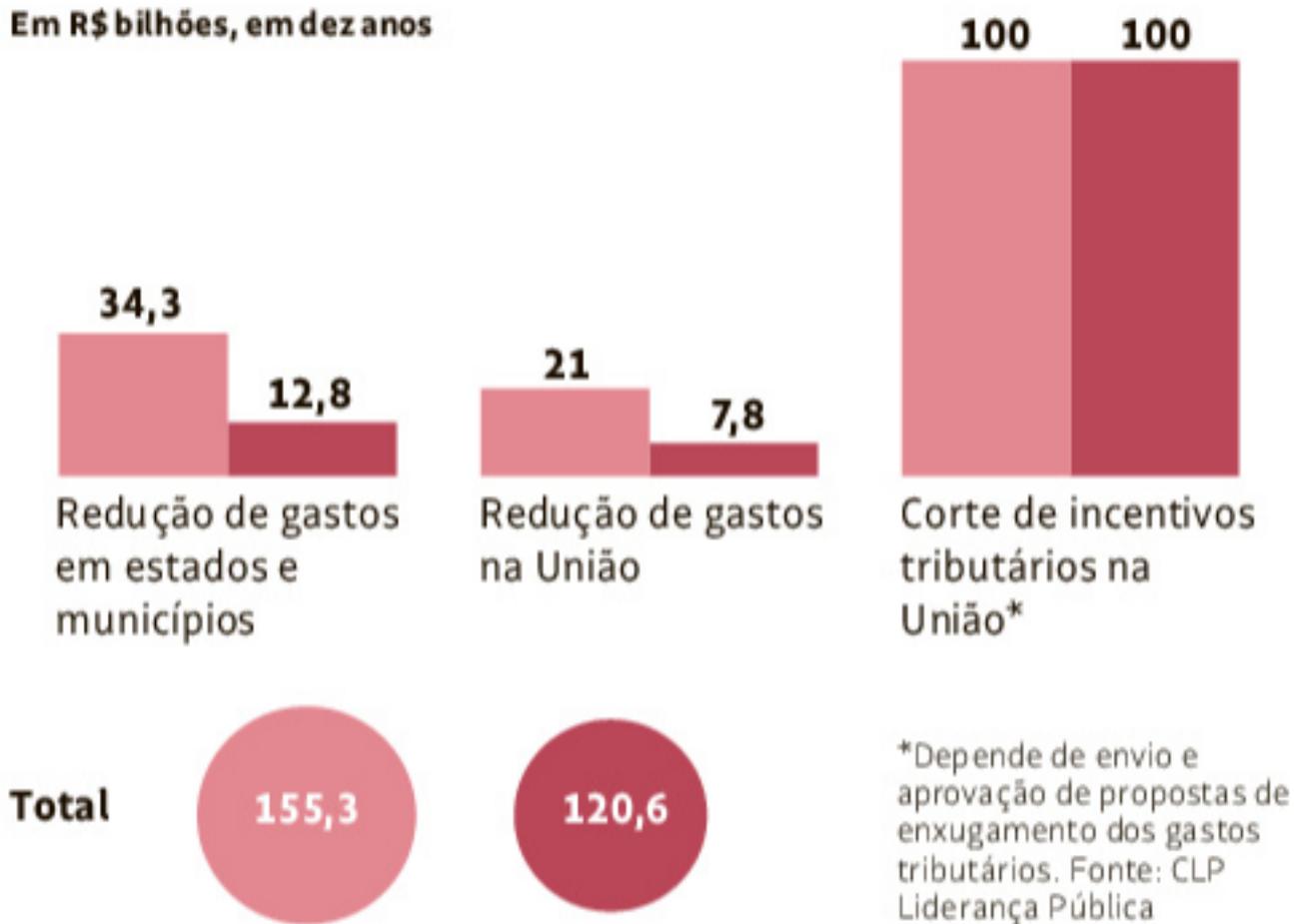
PEC Emergencial é desidratada ao passar pela Câmara

Impacto potencial da PEC que...

...saiu do Senado

...foi aprovada na Câmara

Em R\$ bilhões, em dez anos



Maior preocupação de CEOs brasileiros são os impostos

A incerteza sobre a política tributária nos próximos meses é a principal preocupação dos executivos brasileiros, mais até do que a pandemia. É o que mostra a 24ª edição da Pesquisa Global com CEOs, realizada pela empresa de consultoria e auditoria PwC com 5.050 diretores executivos de cem países.

Enquanto a **reforma tributária** patina no Congresso, a incerteza sobre as políticas de **impostos** são consideradas a maior ameaça aos negócios por 56% dos CEOs brasileiros.

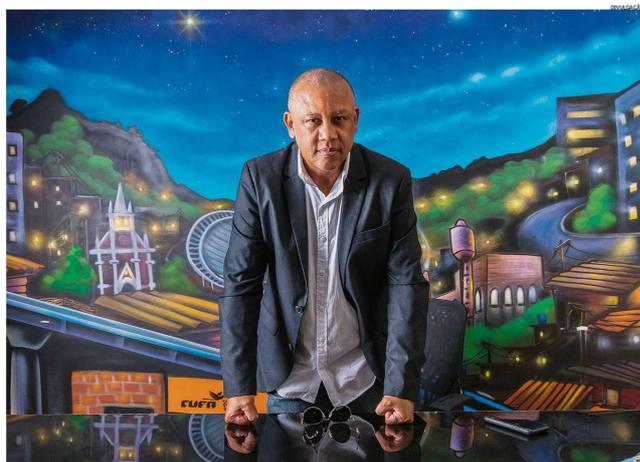
Para Marco Castro, sócio-presidente da PwC Brasil, o temor é que o governo eleve **impostos** para compensar os gastos do combate à pandemia.

Pandemia e outras questões sanitárias vêm em segundo, com 54%, seguidas por incerteza política (53%), aumento das obrigações tributárias (51%), crescimento econômico incerto (49%) e populismo (47%). O meio ambiente foi citado por 35% dos CEOs, quase o dobro do ano passado.

Sobre a economia mundial, 85% dos CEOs brasileiros estão otimistas - contra 76% globalmente. Em 2020, eram apenas 19%. (Vitor da Costa)

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Fome cresce e ONGs tentam driblar queda de doações



Celso Athayde, da Central Única das Favelas: "A população aderiu ao discurso da abertura da economia e baixou a guarda. O que vemos é um horizonte de tragédia"

Marliade Camargo Cesar De São Paulo

A fome ganha cada vez mais espaço na agenda das organizações que trabalham em favor das comunidades vulneráveis, as mais atingidas pelos impactos da pandemia - neste ano, agravados pelo fim do auxílio emergencial, queda das doações, aumento do desemprego e o repique de infecções de covid-19 em todo o Brasil. A deterioração do cenário está levando a uma retomada de campanhas e esforços para arrecadação de dinheiro e alimentos.

"Vivemos uma situação muito delicada. Pessoas desempregadas há um ano, que tentam retomar a vida a partir do caos", afirma Celso Athayde, fundador da Central Única das Favelas (Cufa). A organização relançou na semana passada sua campanha Mães da Favela, após verificar uma queda de 70% nas doações em janeiro e fevereiro em relação à média dos meses de março a maio do ano passado.

Athayde vê hoje uma situação ainda pior que a do início da pandemia, quando começaram as mobilizações. "Imaginamos, em 2020, que a esta altura a pandemia estaria controlada, que a chegada da vacina resolveria tudo. A população aderiu ao discurso da abertura da economia e baixou a guarda. O que vemos é um horizonte de tragédia, e que não precisaria necessariamente ser assim." Em 2020, o programa levantou doações em cestas básicas físicas ou digitais (vales alimentação no valor de R\$ 120 por três meses, recebidos via aplicativo PicPay) que, somados, equivalem a R\$ 170 milhões. Esse valor beneficiou 5 milhões de pessoas de 5 mil favelas em

600 municípios brasileiros, de Norte a Sul.

O movimento Mães da Favela foi retomado na terça-feira, e em uma semana conseguiu levantar R\$ 11 milhões, dos quais R\$ 5 milhões em dinheiro e R\$ 6 milhões equivalentes em alimentos. Athayde prefere não colocar uma meta desta vez. "Não teremos mais um volume tão grande quanto o de 2020, empresas e pessoas estão apertando o cinto. Torcemos para que a vacina avance o mais rápido possível", diz.

"As pessoas estão comendo menos de duas refeições por dia na favela. Isso é gravíssimo. Só não aconteceu ainda uma explosão social porque o senso de solidariedade nesses territórios é arraigado. É aquela história: se eu tenho comida, meu vizinho não morre de fome", afirma Renato Meirelles, fundador do Instituto Locomotiva/ Data Favela.

Uma pesquisa realizada pelo instituto, por encomenda da Cufa, com base em 2.087 entrevistas em 76 favelas de todos os Estados, de 9 a 11 de fevereiro, revelou que 7 em cada dez moradores de comunidades pobres disseram que a alimentação piorou por causa da pandemia, 25 pontos percentuais acima de agosto de 2020. Para 68% dos moradores, faltou dinheiro para comprar comida em pelo menos um dia nas duas semanas anteriores e a média diária de refeições nas comunidades foi de 1,9.

As doações ajudaram a lidar com o problema de forma mais imediata: 90% dos moradores de favelas receberam alguma doação durante a pandemia e oito em cada dez famílias entrevistadas afirmaram que não teriam condições de se alimentar, comprar produtos de higiene e limpeza ou pagar contas mais básicas caso não tivessem recebido a doação.

Segundo a pesquisa, 75% dos entrevistados tiveram que fechar o próprio negócio ou deixar de fazer bicos por causa da crise e, desses, mais da metade deixou de trabalhar 5 meses ou mais. O estudo mostra que o Brasil tem 16 milhões de pessoas vivendo em favelas, formando um contingente que, se fosse um Estado, seria o quinto maior do país.

As doações nacionais para iniciativas ligadas à covid-19 começaram a cair já em agosto, seguindo mais fracas até o fim do ano. Em janeiro, elas somaram R\$ 23 milhões, e em fevereiro, R\$ 5 milhões, com 20 mil e

5 mil doadores individuais, respectivamente, segundo o monitor de doações da Associação Brasileira dos Captadores de Recursos (ABCR). Em maio de 2020, por exemplo, no auge das arrecadações, 189 mil empresas e pessoas físicas contribuíram para essas causas. No total, no ano passado, foram captados R\$ 6,53 bilhões, um patamar inédito.

"Os esforços agora estão dispersos. O Brasil continua solidário, mas não estamos conseguindo capturar isso ainda este ano", analisa Márcia Woods, presidente do conselho da ABCR. Os R\$ 28 milhões arrecadados no primeiro bimestre seriam um valor expressivo, segundo Márcia, "se fosse para uma causa específica. "Por exemplo, o Teleton, promovido pela AACD, arrecadou R\$ 26 milhões no ano passado. Mas pensando em uma pandemia, é pouco", afirma.

O movimento União BR, com 78 ONGs parceiras, também está retomando as campanhas de arrecadação. Segundo Marcella Coelho, cofundadora da organização, as empresas estão voltando a procurar a ONG, para fazer doações, preocupadas em especial com a segurança alimentar. "Como pouco podemos fazer em relação à vacina, é mais efetivo nos concentrarmos em cestas de alimentos. As redes de distribuição não chegaram a ser desativadas, mas os trabalhos diminuíram e agora estamos retomando", afirma.

Desde março, quando foi criado, até o dia 27 de janeiro, o movimento levantou mais de R\$ 160 milhões, ajudando 9 milhões de pessoas, distribuindo 12,1 mil toneladas de alimentos e 3 milhões de EPIs (equipamentos de proteção individual).

Para a empreendedora social, apesar do quadro turbulento, existe um sentimento de otimismo entre os voluntários. "Houve uma mudança de patamar no nível de consciência das pessoas, e elas querem seguir atuando de forma relevante. O segundo semestre será melhor, por conta das vacinas." O União Rio, braço do União BR, arrecadou R\$ 85 milhões nos últimos 12 meses, que serviram para distribuir 4.300 toneladas de alimentos para 330 mil famílias, em 237 comunidades. Além disso, ajudou a ativar 448 leitos hospitalares para pacientes do SUS e doar mais de 1 milhão de itens de EPIs para hospitais da rede pública, segundo Daniella Raimundo, cofundadora da organização.

"No final de janeiro, já podíamos observar que a fome havia voltado às comunidades e contamos com apoio de alguns doadores para reativar a distribuição de cestas de alimentos", ela diz. Desde o início do ano, foi arrecadado R\$ 1,3 milhão e em fevereiro houve distribuição de 10.885 cestas.

Na semana passada, o União Rio lançou uma nova

campanha para arrecadar doações com a meta de distribuir 50.000 cestas nas comunidades "o quanto antes". "Uma campanha semelhante está acontecendo em São Paulo, via União SP", informa.

A ONG Amigos do Bem, que tem trabalhos de educação e inclusão social para a erradicação da fome e da miséria no sertão nordestino, viu uma retração principalmente nas doações de empresas, que chegaram a cair mais de 50% no começo de 2021 em relação ao início da pandemia. "Observamos justamente o aumento dos casos de covid-19 no sertão. A fome se intensifica na vida destas famílias, com o agravamento da seca, o término do auxílio emergencial e a queda nas doações", afirma Alcione Albanesi, fundadora da ONG.

"As doações são muito necessárias para todas as regiões, mas existe uma desigualdade gritante entre o Sudeste e o sertão nordestino. No Nordeste, 25 milhões de pessoas ainda vivem em extrema pobreza e precisamos levar recursos a quem mais precisa, principalmente em um momento como este." O trabalho da Amigos do Bem beneficiou cerca de um milhão de pessoas em 300 povoados em Pernambuco, Alagoas e Ceará no ano passado. Além disso, a organização sustenta quatro centros de transformação (CTs) construídos com ajuda de voluntários e dos pais de crianças da região.

Os CTs são escolas onde mais de 10 mil crianças e jovens participam diariamente de atividades educativas e culturais, fazem aulas de reforço e cursos profissionalizantes de culinária, cabeleireiro, informática e manicure.

Retomar o ensino é outra grande dificuldade, segundo Alcione. "Se o ensino a distância já enfrenta desafios nas áreas urbanas, as dificuldades são muito maiores no sertão, onde não há conectividade e os centros de treinamento ficam a longas distâncias dos grandes centros. São 10 mil crianças e jovens que estão sem educação regular há um ano, em uma região que já sofre com os maiores índices de pobreza e analfabetismo no país." Na quarta-feira, a ONG Gerando Falcões relançou a campanha "Corona no Paredão, Fome Não", que entre os meses de março e junho de 2020 levantou R\$ 25 milhões e impactou mais de 420 mil famílias moradoras de favelas. As doações são convertidas em cestas básicas digitais. O benefício, no valor de R\$ 150, terá duração de dois meses.

-

Agenda ESG pode estimular movimentos de filantropia

Para fortalecer a cultura de doações no Brasil, país

que ocupa o 74- lugar em um ranking de solidariedade de 140 nações, segundo o World Giving Index 2019, 70 lideranças do terceiro setor lançaram, em agosto de 2020, uma força tarefa com diretrizes para empresas e organizações da sociedade civil (OSC). O documento, que recebeu o nome de "Por Um Brasil + Doador", é uma iniciativa do Movimento por uma Cultura de Doação, criado em 2012 por pessoas físicas e jurídicas que se organizaram voluntariamente, de maneira informal, com esse objetivo.

Segundo Márcia Woods, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira dos Captadores de Recursos (AB CR), foram definidas cinco grandes diretrizes, que incluem, entre outras estratégias, desenvolver ações educativas focadas nas novas gerações; promover narrativas engajadoras e que criem empatia com as causas; advocacy (influenciar formação de políticas públicas) e **reforma tributária**. "São ações descentralizadas para fomentar uma maior participação cidadã", afirma Márcia.

Para Paula Fabiani, presidente do Instituto Para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), a pandemia produziu um movimento inédito entre empresas e cidadãos, cujo espírito deve ser mantido. "Vencemos uma barreira importante para a cultura de doações, nunca se falou tanto nisso. O ato de doar passou a ser bem-visto e positivo, mas nem sempre foi assim." Paula acredita que a agenda ESG - que promove uma cultura empresarial de ação social (S), governança (G) e sustentabilidade (E, de meio ambiente, em inglês) estimula o crescimento das iniciativas de filantropia. "O "s" do ESG tem a ver com ação local, depende da realidade de cada país. Com tantas desigualdades escancaradas pela pandemia, a tendência é vermos mais empresas aderindo às doações." Entre as principais barreiras às práticas de doação no Brasil, de acordo com o World Giving Index 2019, estão a não compreensão do trabalho das organizações da sociedade civil (OSC) ou desconfiança em relação a elas, além da falta de conhecimento sobre o poder transformador das contribuições para essas causas, diz o documento. (MCC)

-

Entidades recebem apoio para despesas com manutenção

O Fundo Positivo vai repassar cerca de R\$ 1 milhão para 20 organizações não governamentais em março. O apoio financeiro emergencial pretende ajudar as entidades filantrópicas a manter em dia folha de pagamento, aluguel, contas de água e luz, neste período de pandemia.

Neste ano, a preocupação com o impacto da covid-19 para projetos voltados a HIV/aids, LGBT, mulheres, movimentos negros e população trans - foco das atividades do Fundo - se acentuou. A falta de recursos coloca em risco as próprias organizações que desenvolvem os programas.

"Muitas organizações iam rever se continuariam trabalhando, muitas delas levam serviços para diversas comunidades, desde população em favelas, em situação de rua e pessoas que convivem com HIV/aids", diz, em nota, Harley Henriques, coordenador geral do Fundo Positivo.

O apoio emergencial será direcionado especificamente para gastos administrativos, como folha de pagamento, aluguel, contas de consumo como água, luz, telefone e internet. Cada uma das 20 ONGs receberá cerca de 40 mil reais. A obtenção desse tipo de recurso, para despesas rotineiras e manutenção da sede administrativa, explica Harley Henriques, é mais difícil.

Para o padre Júlio Lancelotti, que comanda a Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, responsável por 30 mil atendimentos ao mês a moradores em situação de rua na capital paulista, o auxílio vem em boa hora. "Essa ajuda do Fundo Positivo garante a sobrevivência do nosso trabalho, uma importância vital porque nesse tempo de tantas dificuldades são poucos os apoios que a gente recebe. É muito positivo esse gesto", afirma Lancelotti.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186737

Declínio

Captações para a covid-19 têm queda acentuada em 2021 - em R\$ bilhões



Retração

Mês x número de doadores - em mil



71% das famílias das favelas estão sobrevivendo com menos da metade da renda pré-pandemia

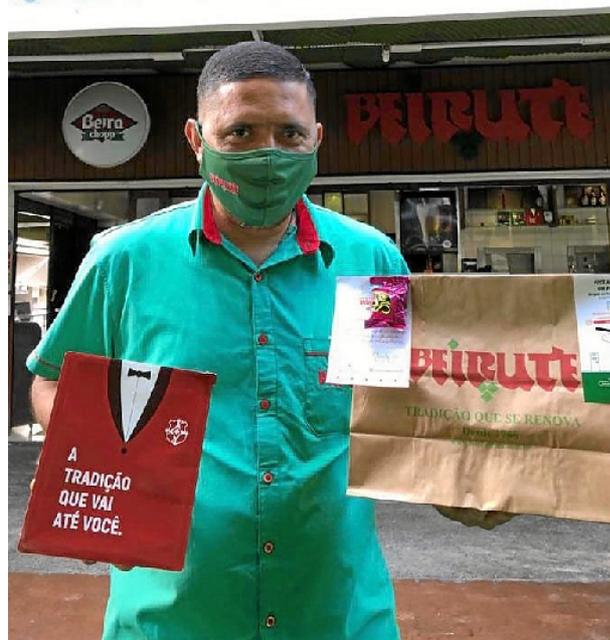
Fonte: ABCR e Instituto Locomotiva/Data Favela

9 em cada 10 receberam alguma doação durante a pandemia

8 em cada 10 famílias não teriam condição de comer, comprar produtos de higiene e limpeza ou pagar contas básicas se não tivessem recebido a doação

16 milhões de pessoas moram em favelas no Brasil

Com lockdown, empresas pedem isenção de impostos - CAPITAL S/A



CAPITAL S/A

Na iminência de um lockdown total, os empresários do setor do comércio no DF reagem, agora, à crise reivindicando do GDF medidas de socorro. Já que não há perspectiva de liberação de atividades até o fim de março, com o agravamento da pandemia, os empresários pedem que haja menos cobranças de **tributos**. Os efeitos amargos da pandemia sobre mais

de 35 mil lojas do DF levaram o presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejista), Edson de Castro, a enviar ofício ontem ao governador Ibaneis Rocha. Ele pede a suspensão da cobrança de ICMS, com a consequente isenção do pagamento do tributo.

Milhares de demissões

O Sindivarejista alega ainda que, desde março do ano passado, as vendas despencaram e provocaram a demissão de mais de 10 mil empregados do comércio de entrequadradas e shoppings.

Sobrevivência do varejo

Os prejuízos passam de R\$ 750 milhões. "A isenção do ICMS visa dar uma forma de sobrevivência ao varejo nesta época de vendas em queda livre, evitando o agravamento da crise", argumenta.

Visão política

No ofício, a entidade empresarial aponta que "recentemente o GDF isentou empresas prestadoras de transporte público do pagamento do ICMS, não obstante estarem elas em franca atividade". "O cenário imposto pela pandemia requer sensibilidade e visão política", ressalta o presidente do Sindivarejista.

Grupo PaulOOctavio inaugura a Bali Jeep

A Bali Automóveis inaugurou, no último sábado (6), sua primeira concessionária Jeep no Distrito Federal. A unidade fica na Quadra 3 do Saan. O evento foi ajustado às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), com controle de clientes por horários para evitar aglomerações.

Segmento Premium

Segundo Ildeumar Fernandes, diretor-superintendente do ramo automotivo das Organizações PaulOOctavio, a expectativa inicial para a nova concessionária, que integra o segmento premium, é de uma venda mínima de 100 unidades/mês. Com a abertura da Bali Jeep, foram criados 40 empregos.

Parceria consolidada

A parceria de 25 anos da Bali com a Fiat, um dos braços do grupo FCA - que congrega as marcas Fiat, Chrysler e Peugeot -, também pesou favoravelmente no negócio.

Vendas on-line

Nem a pandemia atrapalhou o crescimento da rede de

concessionárias dentro do grupo. "Fizemos o que foi necessário para vender bem, como live de vendas e investimento em marketing digital. A recompensa veio pelos números. A Bali Fiat está muito bem, e com a Bali Jeep não será diferente", conta Fernandes.

Estrutura arrojada

"A Jeep nos procurou após avaliar que precisava de uma presença maior em Brasília. Depois de verem nossa estrutura de marketing, financeira e empresarial, e nosso ponto de vendas, firmaram a parceria." A Jeep Bali também vai suprir a carência na área de oficina, pois a frota circulante de Jeep é grande e as demais oficinas são pequenas. "Nossa concessionária terá oficina capaz de atender mil automóveis por mês", acrescentou o empresário Paulo Octavio que esteve presente à inauguração com os filhos Felipe Octavio Kubitschek e André Octavio Kubitschek (Foto).

Renegade e Cherokee

A aposta da nova concessionária é uma venda maior de dois produtos, o Renegade e o Compass, que são sucesso no mercado brasileiro. Mas a loja também terá, inicialmente, mais outros dois: o Wrangler e o Cherokee. E, adiante, a Jeep Chrysler Dodge RAM.

A disputa pelo cliente no atendimento delivery

Restaurantes, bares e lanchonetes voltaram a investir com força total no serviço de delivery e take out. Alguns estão desenvolvendo aplicativos de entrega própria enquanto outros apostam nas promoções. A 389 Burger oferece serviço de delivery com vantagens para os pedidos no aplicativo próprio. "É uma maneira de proporcionar um atendimento ainda melhor, fidelizar o cliente e oferecer promoções", diz o sócio da marca Ramon Teles. No cardápio, além dos burgers tradicionais, há opção para veganos e vegetarianos.

Promoções para manter empregos

O restaurante Beirute também está oferecendo descontos especiais para quem faz o pedido diretamente pelos telefones das duas unidades (109 Sul e 107 Norte). A promoção é 15% de desconto na compra mínima de R\$ 20. "O serviço de delivery se tornou uma alternativa essencial para empresários e clientes nesta época de pandemia", aponta Francisco Emílio, um dos sócios do Beirute.

Governadores cobram UTIs



Rodrigo Pacheco presidiu sessão virtual e disse que os "culpados" pela COVID serão responsabilizados

Governadores de cinco estados cobraram ontem que o Ministério da Saúde volte a pagar por leitos de UTI usados no tratamento de pacientes com COVID-19. Eles defenderam ainda a compra unificada de medicamentos e insumos pela União para evitar a alta de preços **impostos** por fornecedores. Os representantes de Amazonas, Bahia, Ceará, Piauí e Santa Catarina participaram de audiência pública remota promovida pela Comissão Temporária COVID-19. O governador do Ceará, Camilo Santana, informou que, dos 1.013 leitos de UTI exclusivos para COVID no estado, apenas 56 são credenciados pelo Ministério da Saúde - o equivalente a 5,5% do total. Ele disse que já cobrou do ministro da saúde, Eduardo Pazuello, o pagamento pelos leitos instalados e defendeu a intermediação do Congresso Nacional para superar o impasse.

O governador do Piauí, Wellington Dias, classificou como "um problema realmente grave" a falta de leitos de UTIs nos estados. Para ele, o Brasil já enfrenta a falência na rede de atendimento à população. E rebateu a declaração do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, diz que o país não está nem entrará em colapso. "Nós já estamos dentro de um colapso nacional na rede hospitalar. Não vamos para ele, já estamos. Tem neste instante uma fila gigante. Estou falando de milhares, algo como 30 mil, 40 mil pessoas em todas as filas hospitalares por vagas de UTI e leito clínico. Ou seja: gente morrendo sem respirador. O pulmão não funciona mais, e ele não consegue ter o equipamento para auxiliar- alertou.

Os chefes dos Executivos estaduais criticaram a decisão do governo federal de deixar a cargo de estados e municípios a compra de medicamentos e insumos necessários para o tratamento dos pacientes com COVID-19. Para eles, a medida causou a

elevação de preços - já pressionados pela escassez da oferta e pelo aumento da demanda internacional. O governador da Bahia, Rui Costa (PT), classificou como "uma chantagem" a postura de laboratórios e fornecedores de equipamentos, medicamentos e insumos, que - segundo ele - fazem "um leilão" entre estados e municípios para elevar os preços. Costa ressaltou, no entanto, que a União também é responsável pelo aumento dos custos.

DESCENTRALIZAÇÃO "Dada a situação grave de todo o país, os insumos começam a ficar escassos. Como a compra infelizmente tem sido descentralizada, isso leva à elevação dos preços. Nós temos 27 estados e 5 mil municípios disputando preços de medicamentos. O beabá de economia diz: aumentou a procura, aumenta o preço. Se houvesse uma compra centralizada pelo governo federal, isso conseguiria segurar os preços", disse. Costa citou como exemplo a bomba de infusão, instrumento usado em UTIs para fazer a dosagem dos medicamentos. Antes da pandemia, o equipamento era cedido em comodato pelos fornecedoras. Agora, são oferecidos apenas para venda, a preços que o governador classifica como "extorsivos".

"É preciso conter esse abuso dos fornecedores, que estão buscando ganhos super extras nesse momento de desespero de estados e municípios. Eles cobram o preço que bem entendem. Os preços estão subindo à estratosfera. É fundamental que o Ministério da Saúde busque centralizar a aquisição de insumos para evitar esse leilão e essa chantagem. O mercado, que é cruel, fica usando o desespero de governadores e prefeitos para elevar de forma exorbitante o preço dos insumos", disse.

O governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, deu outro exemplo concreto da distorção nos preços dos insumos. Ele abriu uma licitação para a compra de sete medicamentos usados na intubação de pacientes com covid-19. Após o estado divulgar quanto pagaria pelos produtos, os fornecedores apresentam proposta para vender apenas um item. Ainda assim, com quantidade limitada a 10% do que Santa Catarina demandava.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

Supremo legaliza redução de prazo em ações sobre direito de resposta



Imagem da sessão de abertura do ano Judiciário no STF - Felipe Sam-paio - 1º fev. 2021/STF

Matheus Teixeira - Brasília

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta-feira (11) declarar válida a lei de 2015 que reduziu os prazos para veículos de comunicação responderem a ações judiciais de direito de resposta e ampliou a possibilidade de processos dessa natureza serem protocolados.

Os ministros Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Luiz Fux acompanharam o voto do relator, Dias Toffoli, para manter a vigência da norma.

O único trecho derrubado pela corte é o que desautoriza despachos monocráticos de segunda instância que revoguem decisão de primeiro grau em ações sobre direito de resposta. Isso já havia sido invalidado por decisão liminar (provisória) de Toffoli em 2015. As demais previsões da lei estão em vigência há seis anos, desde que foram sancionadas.

Até 2009, a lei estabelecia prazo de 24 horas para citação do veículo e outras 24 horas para a resposta. A partir de 2009, quando o STF revogou a Lei de Imprensa editada pela ditadura militar (1964-1985), passou a não haver mais prazo. Isso mudou, novamente, com a lei aprovada em 2015, que voltou a fixar os prazos de um dia para citação e outro dia para a resposta.

O ministro Edson Fachin acompanhou a maioria, mas divergiu em relação aos prazos previstos na

legislação.

Assim, os magistrados indeferiram a maior parte das ações apresentadas pela ANJ (Associação Nacional dos Jornais), ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que são julgadas em conjunto.

A norma foi aprovada pelo Congresso para suprir a lacuna deixada após o STF declarar inconstitucional, em 2009, a Lei de Imprensa do período do regime militar. Os ministros entenderam ser constitucional a redução de prazos em processos dessa natureza.

A lei define que o juiz tem 24 horas para determinar a citação do responsável pelo veículo de comunicação e dá outras 24 horas para a empresa se manifestar sobre o caso.

A legislação prevê que processos dessa natureza devem ser julgados em até 30 dias.

Outro ponto atacado pelas entidades, mas mantido pelo Supremo, é a previsão de que ações de direito de resposta podem ser ajuizadas tanto no domicílio do ofendido quanto na região em que a publicação tiver maior repercussão.

Os ministros também votaram a favor da possibilidade de o Judiciário determinar a publicação de direito de resposta mesmo se o meio jornalístico tiver se retratado em espaço idêntico ao usado na publicação considerada ofensiva.

Barroso afirmou que "não se impressionou" com o argumento das associações porque, segundo ele, as críticas à Justiça devem ser feitas devido à morosidade, e não à celeridade da tramitação dos casos.

Fachin, porém, criticou a previsão aprovada pelo Congresso. O ministro foi ao encontro do argumento da ANJ, que afirmou que a lei fixou procedimentos que, "no seu conjunto, retira do veículo de comunicação qualquer chance de se defender; qualquer possibilidade de reagir eficazmente a uma determinação judicial." "De tão restritivo, o rito fixado tem o condão de inviabilizar o exercício do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. E isso em um contexto de restrição a liberdades

preferenciais consagradas na Constituição, tais como as de expressão e de imprensa." A maioria dos ministros também entendeu que limitar a territorialidade para a apresentação de ações desse tema poderia violar o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.

A ANJ, entretanto, disse que a possibilidade de ações serem movidas tanto no local de domicílio quanto na região de maior repercussão estabelece "prejuízo injustificável" aos veículos de comunicação.

A entidade usou como exemplo um jornal localizado no Acre que dê uma notícia contrária a uma empresa sediada no Rio Grande do Sul e que, por sua vez, tenha como maior mercado consumidor São Paulo.

"Não se pode perder de vista que somente a ANJ representa 135 órgãos de imprensa, muitos dos quais pequenos veículos de comunicação interioranos que, além de não disporem de porte e de recursos para litigar pelo país afora, frequentemente são alvo de tentativas de subjugação por parte de autoridades e agentes econômicos locais." Já a ABI afirma que a lei "desconhece o princípio da ampla defesa e o do contraditório ao não oportunizar ao suposto ofensor, em prazos e formas iguais, a comprovação da inexistência de ofensa." "A Constituição da República, ao garantir o direito de resposta proporcional ao agravo, também deve garantir o direito de se opor nos mesmos prazos e condições", disse a entidade. Em relação aos prazos, Toffoli sustentou que "a característica principal do rito especial do direito de resposta é a celeridade".

"O exercício do direito de resposta é regido pelo princípio da imediatidade, o qual obriga a publicação da resposta com a maior brevidade possível, de forma a garantir a sua utilidade comunicativa, assegurando que a resposta seja veiculada quando ainda presente o contexto que a ensejou." Gilmar Mendes afirmou que a Constituição protege a imprensa, "mas também prevê a proteção contra a imprensa". "A Carta concede amplo espaço de liberdade de atuação, mas também protege o indivíduo em face do poder da imprensa", disse.

Rosa Weber, por sua vez, declarou que "a premissa fundamental do julgamento é que o direito de resposta está assegurado na Constituição. "A lei veio a suprir vazio legislativo deixado pela declaração de não recepção da Lei de Imprensa por esta Casa." A ministra Cármen Lúcia também defendeu a lei e afirmou que os prazos **impostos** não são inconstitucionais.

Já Lewandowski afirmou que o direito de resposta é uma garantia constitucional e que a única

condicionante é que seja proporcional ao agravo. O magistrado disse que essa foi a orientação do Supremo no julgamento de 2009 que tratou da Lei de Imprensa do regime militar.

"Naquela ocasião, prevaleceu o entendimento segundo o qual a liberdade de expressão e o direito de resposta possuem eficácia plena e aplicabilidade imediata."

- "O exercício do direito de resposta é regido pelo princípio da imediatidade, o qual obriga a publicação da resposta com a maior brevidade possível, de forma a garantir a sua utilidade comunicativa" Dias Toffoli ministro do STF

- "Não se pode perder de vista que somente a ANJ representa 135 órgãos de imprensa, muitos dos quais pequenos veículos interioranos que, além de não disporem de porte e de recursos para litigar pelo país afora, frequentemente são alvo de tentativas de subjugação" Associação Nacional de Jornais

O que diz a lei

Até 2009, a lei estabelecia 24 horas para citação do veículo e outras 24 horas para a resposta. A partir de 2009, quando o STF revogou a Lei de Imprensa, passou a não haver mais prazo. Isso mudou com a lei de 2015, que voltou a fixar os prazos de um dia para citação e outro dia para a resposta

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49463>

Em um ano de pandemia, alta dos alimentos é quase o triplo da inflação

Nicola Pamplona

Em 12 meses desde o início da pandemia, o preço dos alimentos subiu 15% no país, quase o triplo da taxa oficial de **inflação** do período, que ficou em 5,20%, informou nesta quinta-feira (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Foi a primeira divulgação do IPCA compreendendo 12 meses sob influência da pandemia, decretada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), no dia 11 de março de 2020.

Com forte pressão dos reajustes da gasolina, o índice voltou a acelerar em fevereiro, fechando o mês em 0,86%, ante 0,25% em janeiro. Segundo o IBGE, foi a maior alta para fevereiro desde 2016.

Com a alta dos alimentos, a taxa acumulada em 12 meses chegou a 5,2%, a maior desde janeiro de 2017 e próxima do teto de 5,25% estabelecido pelo Banco Central.

A escalada dos preços dos alimentos atingiu em cheio o consumidor já no início da pandemia, tornando ainda mais difícil a travessia dos meses de distanciamento social e perda de renda provocada pelo fechamento de negócios e aumento do desemprego.

Nestes 12 meses de pandemia, o óleo de soja subiu 87,89%, o arroz, 69,80%, e a batata, 47,84%. O leite longa vida, outro produto sob grande pressão, subiu 20,52%.

Entre os grupos de alimentos pesquisados pelo IBGE, as maiores altas ocorreram em cereais, leguminosas e oleaginosas (57,83%), óleos e gorduras (55,98%), tubérculos, raízes e legumes (31,62%), carnes (29,51%) e frutas 27,09%.

Em 2020, o governo chegou a anunciar medidas para tentar conter a escalada, como a isenção de **impostos** para a importação de arroz, soja e milho, mas os impactos foram pequenos. Nas últimas semanas, a alta do custo de vida é tema de campanhas contra o presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais.

A alta é explicada pelo mercado como um efeito combinado de uma mudança na cesta de consumo do brasileiro, que passou a comer mais em casa, aliada

ao aumento da demanda internacional por commodities agrícolas e desvalorização cambial, que impacta o preço dos produtos em reais.

"Não foi exclusividade do Brasil. Quando olhamos para outros países, a **inflação** tem uma cara parecida", diz a economista do Itaú Júlia Passabom. "O que deixa nosso momento particularmente intenso é o câmbio."

Pelo lado da demanda interna, os efeitos do desemprego foram parcialmente compensados pela distribuição do auxílio emergencial pelo governo. Ainda assim, diz Passabom, a escalada dos preços dos alimentos come uma parcela cada vez maior da renda das famílias, principalmente as de renda mais baixa.

Os efeitos desse cenário adverso, diz, devem ter impactos no ritmo do consumo e ajudar a segurar a atividade econômica este ano.

Segundo o IBGE, a suspensão do auxílio, em dezembro, já vem tendo efeitos nas gôndolas: com menor procura, a **inflação** dos alimentos desacelera desde o fim de 2020.

Em fevereiro, o grupo alimentos e bebidas subiu 0,27%, menos do que o 1,02% registrado em janeiro, com queda nos preços de produtos como batata-inglesa (-14,70%), tomate (8,55%), leite longa vida (-3,30%) e óleo de soja (-3,15%).

Nesta quinta, a Apas (Associação Paulista de Supermercados) informou que o setor voltou a registrar deflação depois de um ano, com queda de 0,5% no preço dos produtos vendidos. Os principais motivos, diz, foram "a ausência do Carnaval e a espera do consumidor por novos auxílios".

O gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislanoydizque ainda é difícil prever o comportamento do preço dos alimentos nos próximos meses. "No caso da soja, por exemplo, há expectativa de safra recorde, que pode baixar o preço, mas também tem a questão do dólar, que pode ter impacto para cima."

Para o Itaú, a desaceleração é natural nesta época do ano e os alimentos seguirão pressionados, fechando 2021 com alta acumulada de 6%, ainda sob forte efeito da alta do dólar.

Além dos alimentos, a pandemia inflacionou preços de eletroeletrônicos, material de construção e produtos químicos e têxteis. As altas refletem desde a mudança de perfil do consumidor até fatores externos, como câmbio depreciado e alta demanda global.

"Não se consome quase nenhum serviço, não se vai ao cinema, abares ou restaurantes", diz. "Por outro lado, todo o mundo fez melhorias em casa"

Com alta procura após a adoção de home office e do ensino a distância, por exemplo, equipamentos de TV, som e informática tiveram alta de 18,62% nos 12 meses após o início da pandemia. Produtos de cama, mesa e banho ficaram 14,92% mais caros, e chuveiros elétricos subiram 10,13%.

Na outra ponta, serviços que perderam demanda estão entre as maiores baixas, como passagens aéreas (-25,95%), transporte por aplicativo (-15,2%) e ônibus interestadual (-10,21%).

Para os próximos meses, apesar da desaceleração dos alimentos, a expectativa é de pressões vindas da gasolina, item com maior peso na composição do IPCA, que já foi reajustada nas refinarias seis vezes desde janeiro.

Com aumento de 7,11% em fevereiro, a gasolina teve o principal impacto na aceleração da **inflação** no mês, empurrando o grupo transportes para uma alta de 2,28%. Segundo o IBGE, o indicador capta apenas os reajustes feitos pela Petrobras em janeiro e fevereiro. Outros dois foram anunciados em março.

Com alta de 2,48%, o custo da educação também teve contribuição importante para elevar a **inflação** no mês. O maior impacto veio dos cursos regulares (3,08%), que já costumam ter impacto inflacionário nesta época do ano, diante dos reajustes anuais.

"Em fevereiro, nós captamos os reajustes das mensalidades cobradas pelas instituições de ensino. E, além disso, verificamos que em alguns casos houve retirada de descontos aplicados ao longo do ano passado no contexto de suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia", disse o gerente do IBGE.

Juntos, transportes e educação representaram 70% do IPCA de fevereiro. Já no campo negativo, o maior impacto na **inflação** de fevereiro veio da energia elétrica (-0,71%), com a manutenção da bandeira amarela na conta de luz.

Para março, a expectativa é de **inflação** ainda alta, puxada pela gasolina. A Guide Investimentos, por

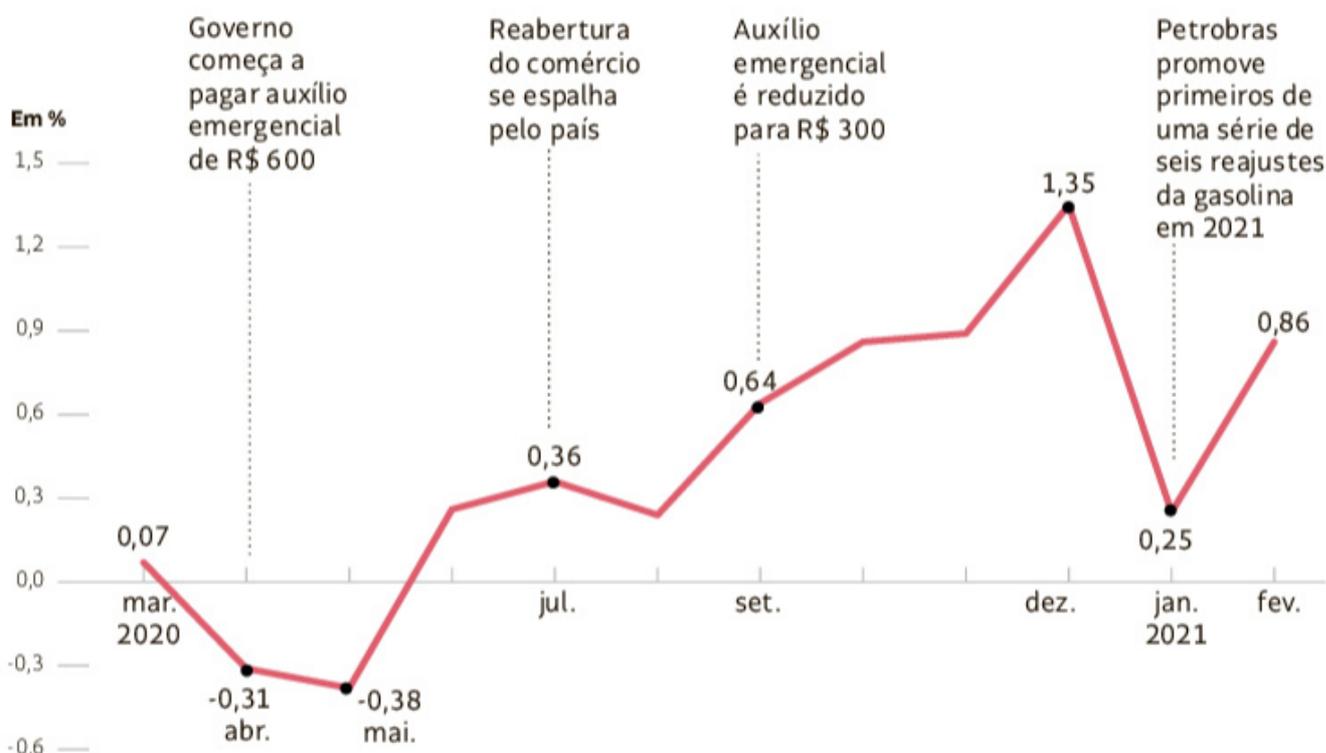
exemplo, fala em 0,8%, com "pressão derivada dos combustíveis e da alta na energia devido a reajustes tarifários em importantes unidades da federação e alta dos **impostos** federais".

Na avaliação de Kislakov, não há pressão de demanda que justifique a manutenção da pressão inflacionária. A principal contribuição do mês, argumentou, veio de preços administrados, com a gasolina. Na **inflação** de serviços, foi o reajuste dos cursos regulares. "Estamos em um período de muitas incertezas."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

A inflação da Covid-19

Evolução mensal da inflação desde a decretação de pandemia pela OMS



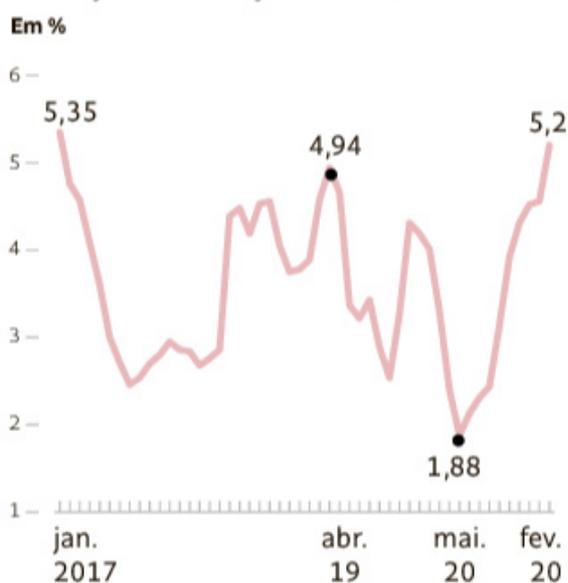
Governo começa a pagar auxílio emergencial de R\$ 600

Reabertura do comércio se espalha pelo país

Auxílio emergencial é reduzido para R\$ 300

Petrobras promove primeiros de uma série de seis reajustes da gasolina em 2021

Evolução da inflação em 12 meses



Fonte: IBGE

Principais altas em 12 meses

Item	Inflação em 12 meses (%)
Cereais, leguminosas e oleaginosas	57,83
Óleos e gorduras	55,98
Tubérculos, raízes e legumes	31,62
Carnes	29,51
Frutas	27,09
Hortaliças e verduras	23,3
Tv, som e informática	18,62
Joias e bijuterias	17,92
Carnes e peixes industrializados	16,35
Leites e derivados	15,44
Cama, mesa e banho	14,29
Combustíveis (domésticos)	13,38
Aves e ovos	13,26
Enlatados e conservas	13,16
Consertos e manutenção	10,34
Açúcares e derivados	10,15

Seguro-desemprego será usado em novo programa de corte de salário, diz Guedes



Novo programa. Ao lado de Bolsonaro, Guedes disse que o governo vai criar o 'seguro-emprego' para enfrentar pandemia

Lorena Rodrigues Daniel Weterman / BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo vai retomar o programa que permitiu às empresas cortarem salários e jornada dos funcionários ou suspenderem contratos. Ele sinalizou que parte do benefício de complementação de renda paga pelo governo aos trabalhadores nessas condições virá da antecipação do seguro-desemprego.

De acordo com o ministro, o Benefício Emergencial (BEm), programa que permitiu a suspensão dos contratos e a redução dos salários no ano passado, ajudou a preservar 11 milhões de empregos.

Ontem, Guedes falou da criação de um "seguro-emprego".

Segundo ele, em vez de dar R\$ 1 mil para pessoas que ficaram desempregadas no seguro-desemprego por quatro meses, o governo pode dar R\$ 500 para segurar o emprego por até 11 meses.

"O presidente (Jair Bolsonaro) deve anunciar novas medidas para frente", afirmou Guedes, em participação em audiência na Frente Parlamentar da Micro e Pequena empresa.

Segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, o novo programa será lançado "nos próximos dias".

Como mostrou o Estadão, o governo quer permitir um novo período de até quatro meses de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores para evitar alta no desemprego em meio às medidas restritivas contra a covid-19, mas o

pagamento do benefício que compensa a perda salarial deve ter um desenho distinto.

A intenção é garantir dois meses do BEm, pago pelo governo, e outros dois meses seriam de antecipação do seguro-desemprego a que teria direito se demitido.

O novo modelo ainda está sendo fechado pelos técnicos, que também buscam uma fonte de financiamento para a parte do BEm que será bancada pelo governo. Há discussões internas no sentido de empregar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que hoje já banca o abono salarial e o próprio seguro-desemprego.

O principal desafio, porém, é que esse fundo já gasta mais do que arrecada e precisa de aportes do Tesouro Nacional para operar.

Porcentuais. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o novo desenho do Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda deve manter os mesmos percentuais de redução de jornada e salário (25%, 50% e 70%), além da suspensão de contrato. A mudança mais substancial deve ser mesmo a forma de pagamento do benefício.

Após os meses do acordo, o trabalhador tem por igual período (até quatro meses) uma estabilidade temporária, em que ele até pode ser demitido, mas recebe uma indenização adicional por isso. Em caso de dispensa, ele continua a receber o segurodesemprego, embora o número final de parcelas fique reduzido pela antecipação.

Em seu formato original, o seguro-desemprego paga de 3 a 5 prestações, a depender do tempo que o trabalhador está na ativa.

É daí que serão descontadas as parcelas antecipadas por meio do programa emergencial.

Na prática, segundo uma fonte ouvida pela reportagem, o trabalhador que fizer o acordo poderá ainda ter entre uma e três parcelas.

Nas estimativas do governo, contabilizados os quatro meses de acordo, os quatro meses de garantia provisória e o período do seguro-desemprego normal, o trabalhador poderá ter uma "proteção" de 9 meses a

11 meses.

Segundo apurou a reportagem, mesmo na fase de antecipação do seguro-desemprego, o trabalhador deve receber apenas a fatia correspondente ao seu acordo (ou seja, 25% do seguro em caso de redução da jornada nessa proporção, ou 50%, ou 70%, ou 100% na suspensão de contrato). O saldo restante dessas antecipações seria pago depois, em caso de demissão do funcionário.

Caso a duração do acordo seja menor que quatro meses, a ordem do pagamento é a mesma.

Ou seja, caso as reduções valham apenas por dois meses, apenas o benefício a cargo do governo será pago.

O governo ainda pretende estabelecer regras para prever quando um trabalhador que faça o acordo e permaneça com vínculo formal retomar o direito a obter todas as parcelas do seguro-desemprego, a despeito da "antecipação" durante a pandemia.

Esses detalhes ainda estão em finalização.

I Novas medidas

"O presidente (Jair Bolsonaro) deve anunciar novas medidas para frente."

"A economia voltou em "V" e está começando a decolar de novo." Paulo Guedes MINISTRO DA ECONOMIA

-

Ministro garante que "economia está de novo decolando"

INo momento em que há um agravamento da pandemia do novo coronavírus, com novas medidas de restrição de circulação impostas por prefeitos e governadores, Guedes disse que "a economia está de novo decolando".

"A economia voltou em "V" e está começando a decolar de novo", disse o ministro. A volta em "V" significa retorno da atividade no mesmo ritmo da queda.

Segundo ele, a arrecadação do governo com **impostos** em fevereiro foi recorde para o mês. Os números devem ser anunciados até a semana que vem. No primeiro bimestre, de acordo com Guedes, o crescimento foi de 3% a 3,5% na comparação com os dois primeiros meses de 2020, antes da pandemia.

Ao lado do presidente Jair Bolsonaro, Guedes disse, durante seu pronunciamento online, que o chefe está dando todo o apoio a seu programa de governo. Guedes defendeu o ajuste fiscal - apesar de, em dado momento, ter esquecido o nome da regra de ouro, que prevê que o governo não pode emitir dívida para custear gastos correntes. "Quando uma geração faz guerra, ela paga, não empurra para filhos e netos", disse.

Guedes disse ainda que os "negacionistas" não poderão negar o que chamou de bom desempenho da economia em 2020. "Tivemos, do ponto de vista econômico, muito sucesso no combate à crise. Previám que ia cair acima de 10%, quem caiu 10% foi a Inglaterra.

O Brasil caiu 4%.", afirmou o ministro. De acordo com o IBGE, o **PIB** caiu 4,4% em 2020, o terceiro pior resultado da história.

/ L. R. e D. W.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Camaçari vive o "desmanche" de fábricas



Marcelo Senna, do Sindipeças: "Decisão da Ford impôs prejuízo a autopeçasistas"

Gabriel Vasconcelos

Dois meses depois do anúncio da Ford sobre o fim da produção de carros em Camaçari, na Bahia, empresas de autopeças instaladas na cidade já trabalham no desmanche de suas fábricas. Os fornecedores diretos da Ford não acreditam na chegada de outra fabricante que substitua a montadora americana a curto prazo, e se concentram em estancar prejuízos imediatos, como custos de pessoal e aluguel de galpões. Essas empresas também negociam com a Ford uma solução para o encaixe de produtos e insumos.

O Valor visitou Camaçari, cidade industrial a 40 minutos de Salvador, e constatou que algumas dessas fabricantes de autopeças correm para transferir ou vender o maquinário. São robôs, compressores de ar e resfriadores de água de última geração, todo um capital produtivo acumulado ao longo de duas décadas. A maior parte da cadeia de fornecedores chegou à região junto com a Ford, em 2001.

Como até hoje a indústria automotiva baiana se resumia à atividade da montadora, o desmanche surge como destino dos negócios do setor no Estado. Grupos maiores ou que concentram mais etapas de produção em outros Estados, no entanto, tem mais fôlego para atravessar o fim da demanda local.

Levantamento do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) mostra que os maiores fornecedores da Ford,

chamados "tier1", que abastecem diretamente a montadora, somam 30 empresas com 32 fábricas ou centros logísticos em Camaçari. Desse total, 18 ficam dentro do condomínio da Ford. Por produzirem vários sistemas do veículo, são denominadas "sistemistas". Outras 12 têm fábricas em outros pontos da cidade. Quase todas são subsidiárias de grupos globais, como as alemãs Bosch (velas de ignição) e Benteler (trem de força e a suspensão), a italiana Pirelli (pneus), a portuguesa Sodecia (peças de carroceria) e a francesa Faurecia (escapamentos e peças plásticas).

Essas fabricantes empregavam mais de 3 mil trabalhadores diretos em Camaçari. O número não é distante dos 4,05 mil empregados diretos da fábrica da Ford. Somados, os contingentes indicam as cerca de 7.5 mil pessoas que devem perder seus empregos na cidade.

O superintendente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), Vladson Menezes, diz que esses postos representam cerca de 4% dos empregos industriais do Estado. Embora relevante para uma cadeia que gira entorno de uma única empresa, o número caiu nos últimos anos. Dados da pesquisa Industrial Mensal (PIA-IBGE) mostram que, em 2018, Ford e fornecedoras tinham 8,63 mil funcionários diretos. O encolhimento traduz a queda de participação da montadora no mercado brasileiro.

O Valor foi à fábrica da americana Tenneco, fora do condomínio da Ford. A empresa produzia escapamentos para os modelos sedã e hatch do Ford Ka. Os dois operários encontrados disseram que 80% dos empregados, 20 pessoas, já haviam sido demitidos. Eles desconheciam, até o momento, esforços para a venda de maquinário. Mas o fato é que há muito nos três pequenos galpões que a fabricante mantém em Camaçari: uma máquina para dobra de canos metálicos e uma para encaixe e soldagem de componentes, entre outras. As peças são pré-fabricadas em outra unidade, em Mogi-Mirim (SP).

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do governo da Bahia (SEI), a cadeia que chegou a representar 7,3% da indústria de transformação do Estado viu esse percentual ser rebaixado a 1,9% em 2016 e estacionar em 3,5% em 2019. Um dos autores da pesquisa, o economista Gustavo Pessotti afirma que a pandemia derrubou essa participação ao patamar de 1,7% em 2020, antes de a Ford deixar de produzir no Estado. Em geração de riqueza, informa a SEI, nos nove anos até 2019, a

participação do complexo industrial da Ford no Produto Interno Bruto da Bahia (**PIB**) caiu à metade, para 0,3* - em 2020, foi de 0,15*. Acrescentada a indução no restante da economia baiana, Menezes, da Fieb, calcula perda de 1,3* no **PIB** estadual. Na conta de Pessoal essa redução será de até 2*.

A operação desmanche envolve várias multinacionais. A canadense Magna International fechou as duas fábricas em Camaçari, onde eram feitos bancos e estruturas metálicas para chassis de canos da Ford. Dos 180 empregados de uma das fábricas, só restaram oito para serviços de manutenção e gestão de estoque. Segundo fontes ligadas a potenciais compradores do maquinário da empresa, a ideia é desfazer-se das máquinas a toque de caixa. Isso inclui robôs, utilizados na soldagem. A Magna investiu pesado no Brasil há nove anos. quando comprou fábricas em quatro Estados. A queda vertiginosa da produção de veículos, após o auge de 2013, impôs readequações ao negócio. A companhia fechou uma fábrica em São Bernardo do Campo(SP) uma no antes de a Ford anunciar o fim da produção naquele município. A reportagem telefonou e enviou e-mails para a Magna no Brasil e no exterior, mas não obteve respostas.

Considerando o desmanche de um polo automotivo como o de Camaçari, haverá uma enxurrada de máquinas usadas no mercado, segundo o gerente-geral para a América do Sul da fabricante de robôs japonesa Fanuc, Wagner Bello. "Mesmo com a crise, no final, essas empresas vão conseguir vender tudo. Só não se sabe a que preço e para quem. Mas o mercado vai absorver [os robôs). É um equipamento totalmente adaptável a outras funções se for reprogramado e tiver a ponta modificada", afirma.

Segundo Bello, novo, um robô de solda Mig como os que a Magna tenta vender custa entre R\$ 120 mil c R\$ 150 mi! a depender do câmbio. No mercado de segunda mão, diz ele, o preço é bem menor, mas de difícil estimativa por variar muito em função da oferta.

Diretor do Sindipeças para o Nordeste, Marcelo Senna encara a desmobilização de fábricas das sistemistas como tendência irreversível. Ele afirma que esse processo se tornou mais urgente no caso de Camaçari porque a paralisação da Ford sem um aviso prévio à cadeia de fornecedores não permitiu que as empresas se programassem. "Foi uma decisão de negócio legítima, mas feita de forma errônea porque não permitiu às empresas do entorno se prepararem", diz.

Senna afirma que alguns fornecedores têm de custear estoques para seis ou sete meses à frente, sem contar que alguns componentes importados vêm por transporte marítimo, em longas jornadas. "A covid

prejudicou esse processo porque em dado momento tudo foi cortado e, depois, quando a economia voltou em "V", muitas empresas em vez de trazerem um navio a cada mês, trouxeram até seis de unia única vez para garantir a produção", diz.

"Agora tudo isso fica pendurado. Todas [as fornecedoras) ficaram com muita coisa encalhada porque se programaram para atender uma Ford cheia em 2021, com produção prevista de até 200 mil carros", afirma. Ele diz não ter dúvidas de que as companhias "fatalmente" terão prejuízo. "O tamanho disso [prejuízo) ainda é difícil de calcular."

Senna dá como exemplo a empresa onde trabalha como gerente de fábrica de peças de fixação (parafusos, porcas e arruelas) da americana Acument. Com fábricas em Atibaia (SP) e Contagem (MG), a empresa mantém uma unidade logística em Camaçari para atender a Ford e outras sistemistas. A operação representava 35* do negócio no Brasil e envolvia, em números rebaixados pela pandemia, 120 toneladas de produtos por mês. "Nosso plano para a Ford já estava organizado. Como aço estava em falta no mercado, a Acument vinha fazendo um trabalho gigantesco para sustentar essa operação", diz. O plano agora é incrementar o serviço para outras montadoras.

No momento, cada fornecedor negocia compensações com a Ford individualmente. O processo é encarado com normalidade pelo setor em função do nível de detalhamento dos contratos e da previsão de gastos. Em nota divulgada quando anunciou o fim da atividade industrial no Brasil, a Ford anunciou um gasto de R\$ 4,1 bilhões para arcar com os custos de sua saída. Desse valor, R\$ 2,5 bilhões estão relacionados a "compensações, rescisões, acordos e outros pagamentos", informou a montadora.

Os custos da Ford referem-se a indenizações a trabalhadores, fornecedores, concessionários e incluem, segundo fontes do setor, os salários que têm sido pagos aos funcionários da própria Ford e também dos fornecedores instalados em seu parque industrial, que ainda não foram desligados.

Em nota ao Valor, a Ford disse que "está comprometida em cumprir todas as suas obrigações". A montadora reconheceu a "natureza difícil" do anúncio do fechamento das operações, e afirmou que trabalha junto às empresas em um plano "justo e equilibrado" para minimizar o impacto do encerramento da produção. "Estamos em processo de negociação com os fornecedores, seguindo as regras estabelecidas nos contratos vigentes e a realidade específica de cada um." Em relação a possíveis compradores da fábrica de Camaçari, a empresa disse que continuará "facilitando alternativas possíveis e

razoáveis" para partes interessadas adquirirem as instalações produtivas disponíveis.

Todas as empresas citadas foram procuradas. A Tenneco Brasil disse que não se pronunciaria. A Pirelli informou que não vai abrir informações sobre transferência e venda de equipamentos. A Benteler disse que não comenta decisões de negócios de clientes. A Bosch esclareceu que fornecia para a Ford a partir da unidade fabril de Campinas.

Complexo não pode demitir

Os empregados da Ford e dos fornecedores instalados dentro do complexo industrial da montadora em Camaçari (BA) ainda não foram demitidos. Parte deles voltou a trabalhar na produção de peças. Segundo a Ford, essa atividade, durará "alguns meses" e visa garantir disponibilidade de estoques de pós-venda". A indenização dos trabalhadores, quando forem desligados, está em processo de negociação entre a Ford e o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari.

Em audiência de 18 de fevereiro, foi definida a manutenção, durante três meses, de salários e benefícios, condição estendida aos empregados das fabricantes de peças instaladas dentro do mesmo complexo industrial. Segundo informações de representantes dos trabalhadores, 10* dos funcionários do complexo foram convocados para a produção extra de peças. Mas os dispensados de suas funções ainda não podem ser demitidos devido ao acordo firmado.

Nas empresas do lado de fora do Complexo Ford, com 12 mil operários, as demissões em massa começaram. É o caso das fabricantes de lanternas Sian e a de componentes metálicos Sodecia, que dispensaram quase todos os empregados e depositaram os valores de rescisão. No sindicato, há filas diárias para homologação.

Os contratos de trabalho dos empregados da Ford e dos fornecedores que ficam no mesmo complexo estão atrelados. Por isso, essas autopeças não podem demitir. O Ministério Público do Trabalho da Bahia diz que a extensão dos termos às sistemistas ocorre porque essas empresas negociaram condições de trabalho em bloco com a Ford. Tudo, de faixas salariais a benefícios, são idênticos aos da Ford.

Com maior independência das operações e na relação com trabalhadores, o desmanche de fábricas tende a ser mais rápido entre as fornecedoras instaladas fora do condomínio.

A situação em Camaçari é diferente de São Bernardo do Campo, no ABC, onde a Ford anunciou o

fechamento da unidade em janeiro de 2019, mas a produção foi diminuindo gradativa mente até novembro do mesmo ano. Os empregados foram desligados por etapas. Na fábrica do ABC não havia fornecedores no entorno.

Na Bahia, a Ford decidiu manter o centro de engenharia. Segundo a empresa, com cerca de 700 funcionários, o núcleo atuará no desenvolvimento de produtos e tecnologias para a empresa na América do Sul e no apoio de projetos globais da companhia. As equipes trabalham em parceria com universidades, SENAIs e outras instituições.

Para Marcelo Senna, do Sindipccas, o destino das operações das empresas no complexo não será muito diferente das que estão fora. Há poucas alternativas. Uma delas é tentar elevar vendas para outras marcas. Como a maior parte das montadoras está fora do Nordeste, será necessário fechar a operação local e reforçar as que atendem montadoras em outras regiões.

Outra opção, diz Senna, seria hibernar a fábrica mediante manutenção. "É uma opção improvável, mas possível. A maior parte das máquinas pode aguardar a chegada de nova montadora até 24 meses sem grande depreciação [tecnológica]. Os gastos envolvidos nisso seriam muito inferiores ao de retirar e realocar novamente uma fábrica", diz. A questão, aponta, é a pouca fé da cadeia na chegada de uma substituta à Ford.

Substituta parece distante

Os esforços para atrair a substituta à Ford na Bahia avançam pouco. Políticos e representantes da indústria debruçados admitem ser remota a chance de outra montadora comprar a fábrica de Camaçari esse ano. Os obstáculos vão da baixa atividade econômica ao gigantismo da planta, passando pela falta de conciliação política.

Fontes envolvidas nas discussões afirmam que as conversas com embaixadas da Ásia foram seguidas de contatos com montadoras. O vice-governador e secretário de desenvolvimento da Bahia, João Leão (1*1*), mencionou ao Valor "tratativas embrionárias" com uma montadora coreana. As fontes citam, ainda, contatos preliminares com representantes da Mitsubishi e do grupo brasileiro Caoa, fabricante de veículos das marcas chinesa Chery e coreana Hyundai.

Quanto à Caoa, as fontes dizem haver ceticismo do governador Rui Costa (PT) de ser à negociação frustrada do grupo com o governo de São Paulo envolvendo a fábrica da Ford em São Bernardo do

Campo. Fechada em 2019, a unidade foi vendida um ano depois para ser transformada em centro logístico.

Ao governo da Bahia, segundo as fontes, a Caoa teria indicado interesse em licenciar a fabricação de carros Ford até atrair outras marcas e fazer uma espécie de transição. A ideia de licenciamento seria inspirada em uma experiência uruguaia. Procuradas, Caoa e Mitsubishi disseram não ter conversa direta com a Ford.

Pelo tamanho da fábrica, com capacidade para produzir 250 mil veículos por ano, o presidente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, diz que esse formato seria o ideal porque permitiria operações menores e retomada mais rápida ao não exigir adaptações imediatas nas linhas. "Trabalhamos pensando em montadoras do sudeste asiático", diz.

Alban admite a dificuldade de reunir investidores num momento em que a indústria volta-se à transição para carros elétricos. "É uma equação difícil. Não vejo solução fácil a curto ou médio prazos, e o tempo conspira contra nós porque a estrutura de fornecedores começa a se desfazer."

O vice-governador reclama da falta de diálogo com a Ford. "Eles (Ford) nos evitam ao máximo, se escondem. Receberam vantagens, não podem vender aquilo sem discutir com o Estado. Isso aqui não é a casa da mãe Joana", diz Leão. A Ford tem 98,5% de isenção de ICMS na Bahia e um terminal sob regime de comodato no Porto de Aratu, que seria o escoamento da produção.

Embora integre o PP, base de apoio ao presidente Jair Bolsonaro, Leão afirma que a Bahia vai renovar benefícios fiscais para atrair investidores. O Ministério da Economia não quis se manifestar sobre renúncias a **impostos** federais, caso do 1PI.

Leão evita comentar críticas do Planalto aos incentivos concedidos à Ford, como fez Rui Costa. O governador petista não tem abertura com Bolsonaro, com quem troca farpas constantes. No município não é diferente. Na oposição à Bolsonaro e ao PT, o prefeito de Camaçari, Elinaklo Araújo (DEM), diz não conseguir reunião com Costa para tratar do caso. "Falta liderança. A primeira preocupação tem que vir do presidente, mas também não se organiza a frente de prefeitos, governadores e deputados dos Estados onde a Ford fechou fábricas para pressionar o governo federal", reclama.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Ford e fornecedoras na Bahia

Peso na economia local caiu em 10 anos

Participação nos indicadores do Estado



O polo automotivo de Camaçari

1 fábrica da Ford

250 mil veículos é a capacidade de produção ao ano

30 empresas de autopeças, com 32 fábricas ou unidades logísticas

7,5 mil empregos diretos até 2020

Setor automotivo no Brasil

44 fábricas* em 10 estados

5,05 milhões de veículos é a capacidade de produção ao ano

484 empresas de autopeças

101,2 mil empregos diretos até 2020

Produção de carros de passeio da Ford no Brasil (mil)



Fontes: Anfavea, Sindipeças Bahia e SEI - Governo da Bahia.

*A Anfavea ainda considera neste número as três fábricas da Ford e uma da Mercedes com anúncio de fechamento. O número também considera fábricas de motores.

Gasolina pressiona a inflação

ALEXIA OLIVEIRA*

A **inflação** não dá trégua aos consumidores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,86% em fevereiro, a maior taxa para o mês desde 2016. Quase a metade desse índice, 0,36 ponto percentual (42%), veio da gasolina, com aumento de 7,11%. No acumulado de 12 meses, o IPCA subiu 5,20%, praticamente no teto da meta, de 5,25%, perseguida pelo Banco Central. Diante desse resultado e das perspectivas de que a **inflação** continuará dando uma sova no orçamento das famílias, o Comitê de Política Monetária (Copom) deverá elevar a taxa básica de juros (Selic) em pelo menos 0,5 ponto, dos atuais 2% para 2,5% ao ano, na próxima semana.

Os reajustes de preços estão disseminados. Segundo o IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito apresentaram alta em fevereiro. Para os economistas, o pior da **inflação** ainda está por vir. A perspectiva é de que o IPCA passe dos 6% no acumulado de 12 meses. Isso vai acontecer porque as empresas estão repassando o aumento dos custos aos consumidores. A indústria sofre com a alta do dólar, pois muitas matérias-primas são importadas. Esse movimento está evidente nos preços dos combustíveis, que, em média, computaram reajuste de 7,09% em fevereiro. A Petrobras já aumentou a gasolina seis vezes neste ano, e o diesel, cinco.

Para a empresária Alesxandra Lima, 46, a situação está desanimadora. "Os preços estão altíssimos. A gente faz um planejamento para as compras essenciais, mas, quando chega ao caixa do supermercado, a conta sempre sai mais cara que o esperado", afirmou. O IBGE mostrou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede o custo de vida de famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, subiu 0,82% no mês passado. Em janeiro, a alta tinha sido de 0,27%.

* Estagiária sob a supervisão de Vicente Nunes

A inflação que distorce a economia (3)

Para um país que conviveu com taxas de **inflação** que chegaram a 80% ao mês - com preços sendo remarcados diariamente -, e que ao fim de duas décadas marcadas pela hiperinflação, quatro planos econômicos, duas mudanças de moeda e ainda não havia conseguido debelar o descontrole de preços, é inimaginável pensar em índices como a **inflação** de 6.821% ao ano em abril de 1990. Há quase 27 anos o Brasil não sabe mais o que é hiperinflação e mesmo que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenha dito no fim do ano passado que há risco de o país voltar a viver esse processo, a chance de que isso ocorra hoje é zero. E ele, com o cargo que ocupa, deveria ser o primeiro a dizer com que armas se pode evitar a escalada dos preços, que hoje, embora longe do descontrole dos tempos recentes, está se tornando um problema para cidadãos e empresas. O IPCA, **inflação** oficial, fechou fevereiro com alta de 0,86%, mais de três vezes superior à taxa de janeiro e a mais alta para o mês desde 2016.

Em 12 meses, o indicador encosta no teto da meta inflacionária para o ano, que é de 3,75% com margem de 1,5 ponto para menos (2,25%) ou para mais (5,25%). Ficou em 5,20%. E mais, na primeira prévia de março, o IGP-M, que mede a **inflação** no atacado, teve alta de 1,95% e, com isso, o acumulado em 12 meses passou de 28,17% para 29,83%. Esses índices devem acender a luz amarela no governo.

Os preços se aceleram no embalo dos sucessivos reajustes da gasolina e do óleo diesel nas refinarias. Apenas neste ano, registram altas acumuladas de 53% e 40%, respectivamente. Alta do dólar ante o real e a valorização das commodities agrícolas no mercado internacional completam a pressão sobre os preços hoje no Brasil. Longe de reivindicar intervenções esdrúxulas, como tabelamento, é preciso que o governo esteja atento para equilibrar as relações entre os agentes econômicos com medidas que equacionem distorções, como o fato de a Petrobras ter assegurada sua recomposição de custos enquanto a maior parte da iniciativa privada tem que sacrificar margens diante da impossibilidade de reajustar preços.

É louvável a iniciativa de se discutir a constituição de um fundo para amortizar a necessidade de reajustes nos preços nas refinarias. Esse fundo, a princípio constituído por recursos dos royalties e participações pagas ao governo provenientes de petróleo e gás, seria usado para eliminar a necessidade de reajustes em curto espaço de tempo em caso de alta do óleo no mercado internacional e do dólar. Além disso, parece

urgente que o governo reveja sua política de estoques reguladores de alimentos, esvaziados nos últimos anos. Não é uma solução sem custo, mas evitaria aumentos expressivos do arroz e do feijão, presentes na refeição diária da maioria dos brasileiros. É mais do que pedir para produtores deixarem um pouco da produção no Brasil, como fez o presidente Jair Bolsonaro.

Outro problema que distorce a economia é o valor do dólar acima de R\$ 5. Exportadores, em tese, lucram, mas importadores sofrem elevação expressiva de custos sem poder repassar para os preços. Afeta também os próprios exportadores, que trazem de fora máquinas e equipamentos e insumos para a produção. Entre quarta-feira e ontem, o Banco Central fez leilões de contratos de câmbio e colocou cerca de US\$ 2 bilhões no mercado. A ação derrubou o dólar para R\$ 5,543 na tarde de ontem. São medidas como essas que se espera do governo para tirar a pressão inflacionária dos ombros da sociedade. Sem intervenção, mas sem omissão.

Bolsonaro adapta discurso na Covid para não perder apoio de setor empresarial



Jair Bolsonaro aparece de máscara em cerimônia no Palácio do Planalto na quarta-feira (10) Raul Spinassé/Folhapress

**Ricardo Delia Coletta, Gustavo Uribe e Daniel Carvalho -
brasília**

A repaginação do discurso de Jair Bolsonaro com adoção de uma retórica pró-vacina teve como um de seus principais idealizadores o filho mais velho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), e foi motivada, entre outros pontos, pelo temor de uma perda de apoio empresarial ao governo.

Auxiliares do presidente ressalvam, porém, que há limites para a mudança de retórica de Bolsonaro -e que ela não atinge as críticas ao isolamento social e às políticas adotadas por governadores.

Exemplo claro foi a live do presidente na noite desta quinta-feira (11). Por mais de uma hora, ele atacou governadores e o ex-presidente Lula entre mentiras e menções às Forças Armadas.

Disse que nunca se referiu à Covid-19 como uma "gripezinha" e afirmou que nunca foi contra vacina. E declarou, sem provas, que João Doria (PSDB-SP) promove pancadão em casa na pandemia -versão negada por Doria e que não foi sustentada pela vizinha que teria dado origem ao boato. Bolsonaro também chamou Lula de "jumento" e "canista".

Mais cedo, ele já tinha atacado medidas de restrição definidas por Ibaneis Rocha (MDB-DF) e João Doria. "Até quando nós podemos aguentar essa irresponsabilidade do lockdown?" em referência, na

verdade, a um toque de recolher no DF.

Nas últimas semanas, Bolsonaro vem sendo aconselhado a se livrar da imagem de negociante da pandemia, que já ultrapassou o patamar de 2.000 mortos por dia no Brasil, e dar uma guinada em defesa da vacinação ampla.

O diagnóstico de que é preciso apoiar a vacina - também feito pelo ministro Fábio Farias (Comunicações) e pelo novo chefe da Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social), almirante Flávio Rocha- foi reforçado diante da inesperada reabilitação dos direitos políticos do ex-presidente Lula, do PT, potencial nome para disputar as eleições de 2022 contra Bolsonaro.

Os danos que os recortes de mortes e a falta de vacinas geram na popularidade do governo foram apresentados ao presidente na semana passada. O diagnóstico foi aferido por pesquisa promovida por uma instituição financeira.

O levantamento, levado ao Planalto, mostra que a proporção de pessoas que consideram a gestão federal ótima e boa sofreu um abalo no início de março. Além disso, o bunker digital da Presidência identificou queda no número de postagens em defesa do governo nas redes sociais.

Em paralelo, Flávio fez chegar ao pai uma preocupação específica colhida entre empresários e investidores: a de que os sucessivos atrasos na campanha de vacinação podem contrariar em 2022 novamente agonizante para a economia brasileira. O recado é que só uma imunização em massa permitirá o amplo retomo da atividade econômica.

O risco de um ano eleitoral em 2022 sem sinais de reação da atividade econômica já era considerado um problema por assessores antes mesmo da decisão do ministro Edson Fachin, do STF que, na segunda-feira (8) anulou as sentenças de Lula na Lava Jato.

A possível participação do petista no pleito fez o governo acelerar a tentativa de metamorfose de imagem, uma vez que ele é considerado o mais competitivo entre os adversários de Bolsonaro.

O primeiro discurso de Lula após a decisão judicial, na

quarta (10) no ABC, também pesou na avaliação do Planalto de que é preciso estar atento ao empresariado.

O petista fez acenos ao setor produtivo e defendeu a vacinação. Lembrou que não é um estranho para o mercado financeiro, pediu que não tenham medo dele e pregou crescimento econômico que ajude as empresas do país.

A informação que chegou ao Planalto foi que a fala de Lula -normalmente tratado com desconfiança pelo mercado- foi bem vista por empresários e investidores.

Além disso, o governo sofreu recentemente um abalo na confiança do mercado após a interferência na Petrobras, quando o presidente determinou a troca no comando da empresa por discordar da política de preços dos combustíveis.

Para amarrar o apoio de empresário e investidores, Bolsonaro decidiu retomar o contato com o setor produtivo por meio de encontros periódicos.

Segundo aliados no governo, as reuniões devem ser organizadas pelo presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf. No dia seguinte à decisão de Fachin, Bolsonaro e Skaf se reuniram em audiência no Palácio do Planalto.

A ideia é tanto que o presidente se desloque a São Paulo para encontros com o setor empresarial como que ofereça almoços no Alvorada para representantes da indústria, da agropecuária e do comércio.

Nas conversas com o **PIB**, Bolsonaro pretende utilizar a PEC Emergencial, aprovada nesta quinta em segundo turno, como uma espécie de cartão de visita. A ideia é mostrar que seu governo é comprometido com a pauta de reformas, em uma tentativa de se contrapor a Lula.

O presidente quer também bater na tecla de que a nova versão "paz e amor" de Lula é enganosa. Vai lembrar que o petista não concorda com a reajuste de combustíveis pelo valor do petróleo.

Nas declarações públicas e privadas para se contrapor a Lula, deve argumentar que a penúria atual da economia brasileira tem como origem os governos petistas, especialmente a gestão Dilma.

A guinada de imagem no Planalto foi apelidada de "Plano Vacina", conforme a Folha antecipou na segunda-feira (8). A estratégia é que Bolsonaro insista na versão de que nunca foi contrário a vacinas e que sempre disse que compraria qualquer imunizante autorizado pela Anvisa.

É um contraste com seu histórico de declarações. Ele já disse que não se imunizaria e levantou dúvidas sobre possíveis efeitos colaterais para a população.

Bolsonaro também chegou a determinar que o ministro Eduardo Pazuello (Saúde) não comprasse as vacinas desenvolvidas pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac.

Ante pressão de governadores, a Coronavac, trunfo do governador de São Paulo, acabou adquirida pelo governo federal e hoje é o principal imunizante utilizado no país.

Na quarta-feira, horas depois do discurso de Lula, Bolsonaro participou de cerimônia usando máscara, item que ele questiona abertamente e costuma dispensar.

Auxiliares dizem, porém, que Bolsonaro não pretende voltar atrás na defesa do chamado atendimento precoce -o uso de remédios comprovadamente ineficazes no tratamento da Covid-19.

Também devem ser preservadas as críticas às políticas adotadas por governadores para limitar a circulação de pessoas.

Jair Bolsonaro não apenas considera que o fechamento de comércios traz danos à economia como vê na oposição a lockdowns uma forma de responsabilizar governadores e prefeitos, muitos dos quais são seus adversários políticos.

-

Usam o vírus para te oprimir, para te humilhar, para tentar quebrar a economia

Eu faço o que o povo quiser. Digo mais: eu sou o chefe supremo das Forças Armadas. Elas acompanham o que está acontecendo. As críticas em cima de generais, não é o momento de fazer isso

Quanto mais atiram em mim, mais você está enfraquecendo quem pode resolver a situação

Eu tenho que ter apoio. Se eu levantar minha caneta BIC e falar "shazan", vou ser ditador

O canista [Lula] mandou dizer que a Terra é redonda

Jair Bolsonaro em live na noite desta quinta

Até quando nós podemos aguentar essa irresponsabilidade do lockdown? mais cedo, sobre toque de recolher no DF

"Enfia no rabo", diz Eduardo Bolsonaro sobre uso de máscara

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) criticou o que considera excesso de questionamentos sobre o uso de máscara como proteção contra o coronavírus.

"Eu acho uma pena, essa imprensa mequetrefeque a gente tem aqui no Brasil fique dando conta de cobrir apenas a máscara. "Ah a máscara, está sem máscara, está com máscara". Enfia no rabo gente, porra! A gente está lá trabalhando, ralando" disse Eduardo em vídeo publicado na noite de quarta-feira (10) em seu perfil no Instagram. A declaração foi dada quando o filho do presidente da República comentava a viagem que fez para Israel com uma comitiva brasileira, da qual fazia parte o chanceler Ernesto Araújo, que para conhecer o spray contra a Covid-19 que está em fase de testes iniciais no país do Oriente Médio.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

63

Onyx paga multa de R\$ 189 mil, e corte arquiva processo por caixa 2

Matheus Teixeira - Brasília

O ministro Marco Aurélio, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou o arquivamento do processo contra o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni (DEM), por prática de caixa 2.

O político confessou ter recebido dinheiro ilegal da empresa JBS em 2012 e 2014 e, para não ser responsabilizado criminalmente, fez um acordo com a PGR (Procuradoria-Geral da República) em que se comprometeu a pagar uma multa de R\$ 189 mil.

Marco Aurélio havia homologado o acordo em fevereiro e, agora, Onyx comprovou o pagamento do valor previsto, e o ministro arquivou o caso.

A decisão do ministro foi tomada em 2 de março e entrou no sistema da corte na quarta-feira (10). O acordo da PGR com Lorenzoni foi o primeiro dessa natureza fechado perante o STF.

O montante repassado ao auxiliar do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sem a devida declaração à Justiça Eleitoral foi de R\$ 300 mil (cerca de R\$ 437 mil, com a correção da inflação).

Inicialmente, Marco Aurélio havia remetido a questão à Justiça Eleitoral. Em julgamento virtual, porém, o plenário da corte revogou a decisão do ministro.

"Fiquei vencido, e acabou suplantada a questão da destinação [da investigação para a Justiça Eleitoral]. Então, tive de enfrentar a questão", afirmou o magistrado. "Não posso obrigar o Ministério Público a propor uma ação. Se ele diz que quer fazer um acordo, é preciso segui-lo", completou.

Onyx está em seu terceiro posto no governo Bolsonaro. Primeiro, foi ministro da Casa Civil. Depois, foi alojado no Ministério da Cidadania e, agora, voltou a despachar no Palácio do Planalto, ao ser nomeado ministro da Secretaria-Geral da Presidência.

Acordos de não persecução penal passaram a ser regulamentados na Lei Anticrime, aprovada em 2019 pelo Congresso. A proposta busca evitar o acúmulo de processos envolvendo crimes não violentos e de pena baixa, inferior a quatro anos de prisão.

Lorenzoni foi delatado em 2017 por executivos do grupo J F, que controla a JBS. O primeiro repasse ocorreu em 2012, no valor de R\$ 100 mil. O segundo, em 2014, no valor de R\$ 200 mil, conforme a delação.

O político confessou o crime quando era deputado federal, após a delação da JBS se tornar pública.

Ele gravou um vídeo na época em que admitiu ter recebido R\$ 100 mil em caixa dois e afirmou que "deveria pagar pelo erro".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49463>

Mercado dá como certa 1º alta do juro em 6 anos

Eduardo Cucolo

Economistas do mercado financeiro consideram inevitável uma alta da taxa básica de juros na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central na próxima quarta (17) e discordam apenas da intensidade.

Se confirmada, será a primeira alta da Selic em quase seis anos. A mais recente foi em 29 de julho de 2015, quando o Copom subiu os juros de 13,75% para 14,25%. A queda começou em 19 de outubro do ano seguinte, quando foi a 14%.

Das 13 instituições com projeções coletadas pela agência Bloomberg até esta quinta-feira (11), 10 projetam elevação da taxa básica de 2% para 2,50% ao ano, entre elas, Bradesco, Santander e FGV. Três esperam um aumento um pouco menor, para 2,25% ao ano.

Entre os motivos para a elevação dos juros estão o risco de descontrole das expectativas de **inflação**, que pela primeira vez desde 2017 estão acima do centro da meta, choques de aumento de preços, ligados principalmente à alta do dólar, que estão se disseminando pela economia, e a falta de ação do governo federal e do Congresso para conter o aumento do gasto público.

"O Banco Central deve subir os juros para não perder o controle sobre as expectativas de **inflação** e, conseqüentemente, sobre a própria **inflação**", afirma José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central e chefe do centro de estudos monetários do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

"O quadro se deteriorou muito rapidamente. A gente teve mais depreciação do câmbio, reajuste de combustíveis, uma demonstração mais clara ainda de que o apetite para o ajuste fiscal é inexistente e sinais de uma linha muito populista [em decisões governamentais], como no episódio da Petrobras."

Senna afirma que a ação do BC não deve ter como objetivo segurar o câmbio e que, dado o nível de ruído político no Brasil atualmente, não se pode ter segurança de que esse efeito secundário da alta de juros irá se materializar.

O economista diz ainda que a instituição não pode deixar a **inflação** sair do controle devido ao baixo nível de atividade e das restrições econômicas causadas pela pandemia. Ele destaca a diferença atualmente entre a taxa básica e os juros de longo prazo, que tem sido prejudicial ao funcionamento da economia.

A professora Margarida Gutierrez, do Coppead/UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), afirma que um aumento de 0,50 ponto percentual na taxa Selic não representa um choque de juros e que o que interessa para o nível da atividade econômica são os juros futuros.

"O que baliza o custo do crédito são os juros futuros. Os juros de dez anos estão 8,5%. Nos EUA, em 1,6%. Os de cinco anos estão em 7%. De três anos estão em 6%. Um ano, em 4,5%. Se o Banco Central ficar atrás da curva de juros, significa que ele perdeu."

Gutierrez afirma que, por trás da alta da **inflação** ao consumidor, há um choque de expectativas inflacionárias e que não adianta nada o BC não subir os juros por causa da fraca atividade econômica. "

"A gente vai ficar em um mundo pior ainda. Vai ter mais **inflação**, isso vai reduzir ainda mais o eventual crescimento do **PIB**. Os juros futuros vão subir mais desordenadamente do que já vêm subindo. Para o **PIB** crescer, você precisa de uma série de condições na economia, incluindo as condições financeiras. Não subir os juros agora em detrimento de um **PIB** um pouco maior é uma falsa questão", afirma.

"Se você tem uma **inflação** crescendo, ao Banco Central só cabe uma coisa. Se é uma **inflação** de demanda, é o remédio clássico, tem de subir juros. Não é de demanda, mas é de expectativas. Então também é o remédio clássico, tem de subir juros, não tem jeito."

Um dos três analistas que projetam um aumento menor dos juros no próximo Copom, segundo a Bloomberg, é o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sacherz.

Para ele, acelerar o ritmo de aumento dos juros, que atualmente estão abaixo da **inflação** corrente com objetivo de estimular a economia, vai derrubara

inflação e as expectativas para 2022, que ainda estão em linha com a meta. Como a política monetária tem defasagens em relação a seus efeitos, subir muito a taxa agora não ajudaria a segurar a alta de preços neste ano.

Segundo Sacher, se o câmbio não mexeu com as expectativas para 2022, o Banco Central tem de fazer a condução da política monetária de maneira serena e gradual.

"Todo esse fervor a que a gente está assistindo em relação à **inflação** deste ano não tem se refletido no ano que vem. Pelo contrário, as expectativas em relação à atividade vêm sendo revisadas para baixo, o grau de incerteza em relação ao horizonte econômico e político subiu bastante. Tudo isso mitiga investimento, crescimento, e a gente não vê uma pressão inflacionária."

Ele afirma que o processo de vacinação só deve ganhar força no último trimestre, o que dificulta a retomada das atividades, o avanço do **PIB** e o surgimento de eventuais pressões inflacionárias adicionais.

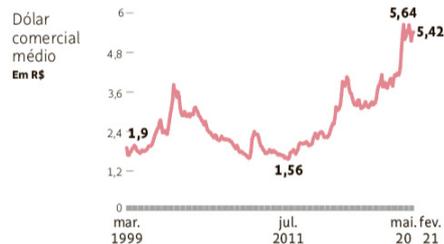
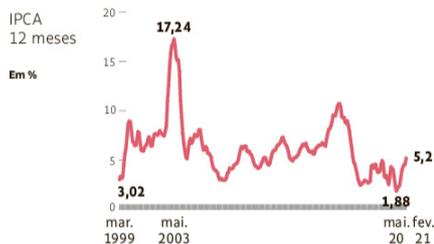
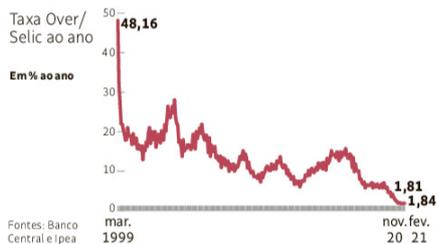
"Subir os juros em 0,25, iniciar o ciclo, é diferente de dar 0,50 [ponto percentual] agora. Hoje o mercado está precificando 6,30% de Selic em janeiro de 2022. Isso já está no patamar restritivo de política monetária. A partir desse patamar, a gente vai enterrar ainda mais a atividade."

O professor da Fipecafi Estevão Alexandre afirma que seria saudável aumentar os juros para conter um pouco mais o aumento da **inflação** a curto prazo e que isso deve contribuir para reduzir um pouco a pressão em cima do dólar, ao reduzir a diferença de juros entre o Brasil e o exterior.

"Fica mais atrativo aplicar dinheiro no Brasil. A gente está vivendo um ambiente de muita incerteza e volatilidade no mercado. É uma tendência mundial subir as taxas de juros. Se o Brasil não subir, pode gerar uma tendência de saída de capital."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Taxa básica de juros deve voltar a subir com risco à inflação



Economia começa a decolar de novo, afirma Guedes em meio a avanço da Covid



Jair Bolsonaro e Paulo Guedes em videoconferência com frente parlamentar Marcos Corêa/Divulgação Presidência

Fábio Pupo e Daniel Carvalho

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que a arrecadação federal de fevereiro alcançou um recorde para o período e que a economia do país "está começando a decolar de novo".

"A arrecadação em fevereiro deste ano [é um] recorde histórico para fevereiro", afirmou ao lado de Bolsonaro durante reunião virtual da frente parlamentar da micro e pequena empresa. "A economia voltou em "V" e está começando a decolar de novo", disse.

As afirmações são ditas em um momento em que governadores e prefeitos aumentam as restrições das atividades devido ao avanço da Covid-19, indicadores como a **inflação** chamam a atenção de analistas ao subir acima das estimativas e economistas apostam no aumento da taxa básica de juros já neste mês.

O ministro lamentou as mortes pela Covid, ao chamar a pandemia de tragédia humana, e defendeu a vacinação em massa da população.

"Evidentemente, vacina em massa de um lado para o retorno seguro ao trabalho. E, de outro lado, girar a economia. É isso que estamos olhando para a frente", disse.

Para ele, a saúde deve ser colocada em primeiro lugar. "Temos que cuidar da saúde, evidentemente. Saúde em primeiro lugar. Sem saúde, não tem trabalhador, pequena e média empresa, não tem economia, mas não podemos descuidar da economia, que é sempre a ênfase do discurso que o presidente fez", disse.

"Economia e saúde andam juntos. Seguimos desde o início essa orientação", afirmou.

Guedes disse que o **PIB** neste ano vai crescer pelo menos 3%, como indicam as previsões após a queda de 4,4% em 2020. "Não entro na área da saúde, mas na economia tenho que dizer o seguinte: a economia está de novo decolando", disse.

"Neste ano, temos uma taxa praticamente garantida de 3%, 3,5%. E pode ser muito mais dependendo da nossa capacidade de, juntos, formularmos as soluções", disse.

Guedes disse que o governo vai reeditar o programa de manutenção de empregos e que está formulando novas medidas, como um seguro-emprego.

"Por que não dar R\$ 500 para ter um seguro-emprego? Em vez de esperar alguém ser demitido e dar R\$ 1.000, vamos evitar a demissão pagando R\$ 500 antes. Em vez de uma cobertura de quatro meses, como é o seguro-desemprego, vamos fazer uma cobertura de n, 12 meses, pela metade do custo", disse.

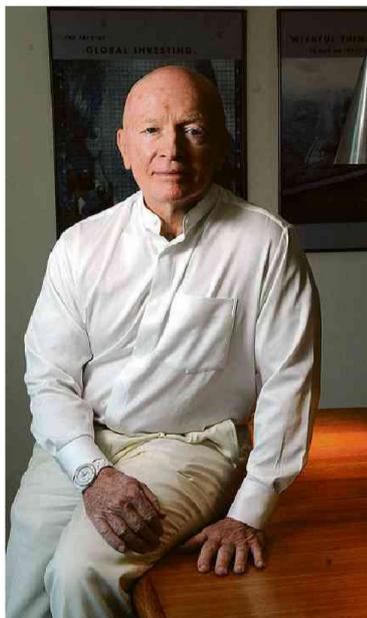
Conforme mostrou a Folha, Guedes vem trabalhando em medidas como o do seguro emprego que amenizemos custos para os cofres públicos.

O ministro ressaltou a relevância do Congresso nas discussões e lembrou da aprovação recente da autonomia do Banco Central, em sua visão uma medida importante para que o aumento de preços verificado durante a pandemia não se perpetue. "É um aumento transitório", disse.

OIPCA de fevereiro, divulgado nesta quinta-feira (11), veio acima das projeções e fechou a 0,86%. A variação em 12 meses foi de 5,2% e pôs o indicador praticamente no teto da meta de 5,25% (0 centro é 3,75%, com 1,5% de intervalo de tolerância, para mais ou para menos). Entre os vilões do mês, estiveram os combustíveis e a educação.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Um governo Lula não assusta; se populismo der em crescimento, melhor



Leo Pinheiro - 6.fev14/Valor/Agência O Globo

Luís Barrucho

O megainvestidor alemão-americano Mark Mobius foi na contramão de muitos de seus pares ao decretar, em entrevista recente, que um eventual retomo de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, caso concorra e vença o pleito de 2021, não seria "necessariamente ruim para os mercados". Agora, falando à BBC News Brasil, ele vai além: "Um governo liderado por Lula não nos assusta e, se seu populismo resultar em um surto de crescimento, tanto melhor".

Na segunda-feira (8), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin decidiu anular todas as condenações judiciais de Lula no âmbito da Operação Lava Jato, abrindo caminho para que o petista concorra à Presidência caso não sofra novamente condenações em segunda instância.

Em pronunciamento na quarta-feira (10), Lula disse que a candidatura da esquerda ainda não está definida.

Mobius, que em maio de 2018 lançou a própria gestora de investimentos, a Mobius Capital Partners LLP, antes trabalhou na Franklin Templeton Investments por mais de 30 anos, mais recentemente como presidente-executivo do Templeton Emerging Markets Group.

Durante seu comando, o grupo expandiu os ativos sob gestão de US\$ 100 milhões para mais de US\$ 50 bilhões.

Considerado um "guru dos mercados emergentes", por ter colocado as nações em desenvolvimento no radar dos investidores globais, Mobius concedeu, por email, a seguinte entrevista à BBC News Brasil.

*

Em entrevista à agência Bloomberg, o sr. disse que a volta de Lula "não é necessariamente ruim para os mercados". Por quê? A principal preocupação em relação a Lula era a corrupção. Se ele voltar, as preocupações com a corrupção não serão tão prevalentes simplesmente porque os escândalos da Lava Jato resultaram em uma vigilância muito maior e preocupação com algo assim acontecendo novamente.

Mais importante, seu programa Bolsa Família foi um passo importante para o país, e esperamos que seu retorno resulte em mais iniciativas desse tipo.

Finalmente, sua imensa popularidade poderia resultar em um movimento para uma maior participação do governo pelas massas.

A notícia do retorno de Lula fez com que a Bolsa e o real caíssem. Por que o sr. acha que isso aconteceu? Quão arriscado o sr. acha que Lula é para o Brasil? A impressão agora é que o atual governo é favorável aos negócios, mas é duvidoso que um retorno de Lula resultaria em um governo mareada-mente hostil aos negócios.

O Lula de hoje será o mesmo Lula de 2002, com uma mensagem "de paz e amor amigável ao mercado"? Lula certamente aprendeu muitas lições nos últimos anos. Mais importante ainda, muitas condenações e sentenças foram proferidas, então a corrupção no Brasil será muito diferente no futuro.

Há quem diga que, se Lula puder concorrer novamente, a agenda de reformas provavelmente estaria fora da mesa e as perspectivas de disciplina fiscal se deteriorariam. Mas outros falam que as preocupações com a reeleição em meio à Covid-19 já minaram o apoio de Bolsonaro à prudência fiscal e à

reforma, e há uma perspectiva de que ele poderia implementar medidas mais populistas. Qual lado está certo? Certamente Lula representa populismo, mas isso não significa necessariamente irresponsabilidade fiscal, uma vez que existem mecanismos no Brasil que jogam contra a falta de prudência fiscal.

No entanto, podemos esperar que, como no passado, ele se envolverá em grandes repasses do governo aos pobres e em grandes projetos de infraestrutura, agora que os preços das commodities estão se recuperando. Isso poderia dar um grande impulso à economia. Neste mundo, como vemos no programa de gastos de Biden (Joe Biden, presidente dos EUA), grandes gastos do governo estão em voga, então Lula não será culpado por isso.

Isso, e claro, levará a um crescimento que será bom para os negócios em geral. Alguns dirão que também levará à **inflação** e à desvalorização da moeda.

Como aponto em meu livro "The Inflation Myth and the Wonderful World of Deflation" ("O Mito da **Inflação** e o Mundo Maravilhoso da Deflação", em tradução livre para o português), a revolução tecnológica que o mundo está passando agora está resultando em preços de produtos e serviços mais baixos e melhores em relação ao poder de renda das pessoas.

Isso certamente está ocorrendo no Brasil, como em outros países. Com relação à reforma, algumas delas já foram realizadas, mas nunca temos muitas esperanças de uma mudança dramática no contencioso ambiente democrático do Brasil.

Quem representa uma ameaça maior à economia do Brasil? Lula ou Bolsonaro?

Nenhum dos dois. Não acho que nenhum deles pode representar uma ameaça para a economia.

Melhor investir no Brasil com Lula ou Bolsonaro (ou não investir de jeito nenhum)? Eu investiria no Brasil com qualquer um deles. Já estamos investidos no Brasil e estamos satisfeitos com nossos investimentos com bons resultados enquanto Bolsonaro estiver na Presidência.

Porém, um regime liderado por Lula não nos assusta, e, se seu populismo resultar em um surto de crescimento, tanto melhor.

Provavelmente, a coisa mais legal que você pode dizer sobre Lula é que ele é "um homem do povo" -uma representação dos segmentos de renda média e baixa da sociedade mais do que Bolsonaro.

Essa popularidade entre os grupos de renda média e

baixa pode resultar no aproveitamento de mais crescimento por meio de políticas que os favoreçam.

Mark Mobius, 84, Nascido em Hempstead (NY) e com cidadania alemã, é formado em comunicações pela Universidade de Boston e tem doutorado em economia pelo MIT; referência na gestão de aplicações financeiras nos países emergentes, trabalhou na Franklin Templeton Investments por mais de 30 anos e, em 2018, lançou a própria gestora, a Mobius Capital Partners LLP

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Ambiente econômico deve ser mais desafiador em 2021, diz Fitch

Isabela Bolzani

A segunda onda de contágio do coronavírus somada aos baixos níveis de vacinação, o alto desemprego e a lenta decisão em relação a um novo auxílio emergencial ameaçam a recuperação econômica brasileira e podem trazer um ambiente mais desafiador do que o esperado em 2021, afirmou a Fitch Ratings em relatório divulgado nesta quinta-feira (11).

Segundo a agência de classificação de risco, a economia perdeu a força com o fim do auxílio emergencial em dezembro. Além disso, foi apenas recentemente que as discussões sobre um novo benefício -agora de valor menor- caminhou no governo.

"A frustração com o ritmo da atividade econômica se traduziu em baixos indicadores de confiança de empresários e consumidores. Os desafios fiscais sugerem que o novo auxílio [...] terá efeito muito mais limitado na economia", afirmou a Fitch em relatório.

Apesar do momento mais difícil, no entanto, a agência de classificação de risco projeta que as taxas de juros em patamares ainda baixos devam continuar a favorecer as empresas brasileiras, principalmente em um cenário onde os vencimentos de dívidas relevantes já foram refinanciados, com prazos e custos mais atrativos.

Além disso, segundo a Fitch, o apetite dos investidores permitiu com que alguns emissores brasileiros a cessassem os mercados internacionais pela primeira vez, e as empresas brasileiras devem retomar os investimentos neste ano.

Na visão por setor, só os segmentos de varejo e construção têm perspectivas negativas.

Do lado da construção, a Fitch afirma que, apesar de as empreiteiras terem retomado os projetos em ritmo ainda lento, é esperada uma recuperação gradual do segmento em 2021, sustentada pelo crescimento do **PIB**.

"A pandemia adiou a conclusão de licitações, levando a atrasos em 2020. As empresas têm o desafio de retomar o crescimento em 2021. A maioria tem liquidez limitada e precisa refinar dívidas em um

cenário de linhas de crédito restritas", disse a agência em relatório.

Sobre o segmento do varejo, a Fitch projeta um ambiente ainda desafiador, tendo em vista que a recuperação observada no segundo semestre do ano passado começou a desacelerar depois do fim do auxílio emergencial.

"Embora a atividade tenha sido retomada com menos restrições, o desemprego é persistentemente elevado, sugerindo um ambiente de consumo moderado em 2021. A agência prevê recuperação econômica moderada e lenta melhora do mercado de trabalho ao longo do ano. Os setores mais vulneráveis às medidas de distanciamento social são os de vestuário, academias de ginástica e restaurantes."

Na outra ponta, só os setores de petróleo e gás e de açúcar e etanol apresentam perspectivas positivas para este ano.

Em relação ao segmento de petróleo e gás, a expectativa da Fitch é que as receitas e geração de fluxo de caixa dos emissores da América Latina podem começar a se recuperar diante da melhora dos preços dessas commodities.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

A maior inflação da comida em 18 anos - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

O preço da comida passa pela maior onda de alta em 18 anos no Brasil. Tem sido assim desde o último trimestre do ano passado. Nos 12 meses contados até fevereiro, o custo da comida que se leva para casa aumentou 19,4%.

A carestia dos alimentos pode andar mais devagar neste 2021, com alta de uns 6%. Ainda que seja assim, nos dois anos de epidemia o preço da comida terá subido 25%. O rendimento mediano do trabalho terá crescido nada.

Há uma rara coincidência de preços de commodities em alta com dólar caro. Commodities: petróleo, ferro, cobre, grãos como soja e milho etc. Quando sobem os preços dessas mercadorias que o Brasil vende para o mundo, o dólar fica mais barato, ou costumava ficar - agora, não ficou.

Os motivos dessa situação mais rara são controversos e ficam para outro dia. Importa mais lembrar que a matéria-prima de combustíveis e alimentos está em alta forte, multiplicada ainda pelo dólar caro, e a coisa vai continuar assim até meados do ano, na hipótese bem otimista.

Por que as commodities estão em alta? Porque parte da economia mundial se recuperou (China e entorno) ou vai se recuperar (Estados Unidos). Porque também as duas maiores economias do mundo lançaram pacotes de estímulos gigantes.

O clima frustrou a produção de alguns grãos e até mesmo de minério de ferro. Os chineses recuperaram rebanhos perdidos (porcos perdidos para a peste ou os alimentam com rações melhores, o que consome mais grãos).

Países seguram estoques de comida na epidemia, seguram exportações, ou facilitam importações. Em tempos de horror sanitário, desemprego e tensão social latente, a ideia é manter os preços da comida baixos o quanto possível.

Há ainda especulação financeira com certas commodities. Com dinheiro sobrando no planeta, taxas de juros a zero no mundo rico e alguma hipótese de **inflação**, investe-se em commodities a fim de cobrir o

risco de alta de preços e de manter alguma rentabilidade.

O petróleo sobe porque os países petroleiros mantêm a produção em nível relativamente baixo e a economia mundial se recupera.

A "virada verde" das economias e o uso intensivo de internet elevam o consumo de cobre. Para quase cada commodity há uma história altista. Neste ano, o Goldman Sachs prevê altas na casa de 20% para energia e metais industriais, em torno de 5% para produtos agrícolas e nada para carnes. No máximo, haveria um refresco na comida, pois: pararia de aumentar muito.

A alta dos preços dos produtos brasileiros de exportação, como se dizia, tende a ser boa coisa, de costume (quando o dólar se valorizava, nesse processo). Nesses tempos de melhoria de "termos de troca" a renda dos exportadores cresce, claro, e costuma haver alta de investimento em novas construções, máquinas, equipamentos (em capital, pois).

Dada a desordem da epidemia, não sabemos bem o que será do investimento (embora no ano passado a queda tenha sido surpreendentemente pequena). O efeito combinado de matérias-primas e dólar em alta, porém, persistirá. A **inflação** média (IPCA) deve chegar a mais de 7% ao ano lá por junho e julho.

Sim, parte da alta do dólar se deve à desordem e à falta de perspectiva econômicas do Brasil. O grosso da desvalorização do real, porém, tem motivo externo desde o início da epidemia.

Não há o que fazer a não ser melhorar emprego e renda, mas não há governo.

Não há sinal de descontrole da **inflação**, que deve voltar a casa dos 3,9% no fim do ano. Mas haverá alta de juros, o que vai dificultar ainda mais o controle da dívida pública.

Comida cara costuma talhar a popularidade de governos no Brasil, o que até agora não ocorreu de modo notável com Jair Bolsonaro, talvez por causa da massa de auxílio emergencial de 2020. Neste ano, não haverá tanto auxílio.

Vinícius Torres Freire, Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Inflação e desemprego sobem, renda diminui (3)

Inflação e desemprego continuam piorando a poucos dias de o Banco Central tomar a decisão de se deve iniciar já um ciclo de alta de juros e com que intensidade. O IPCA de fevereiro superou as estimativas dos analistas e fechou o mês em 0,86%, elevando a variação em 12 meses para 5,2%. A taxa de desocupação no último trimestre de 2020, último dado disponível via Pnad Contínua, foi de 13,9%, bem acima de 11% do mesmo período de 2019. A média esconde triste realidade: em quatro das cinco regiões do país, e em 20 das 27 unidades da federação, menos da metade das pessoas em idade de trabalhar estava ocupada (Valor, ontem). O rendimento real habitual das pessoas ocupadas caiu entre o último e penúltimo trimestre do ano passado.

A perspectiva para a economia no primeiro trimestre é de retração, situação que poderá se estender ao segundo trimestre, dadas a lentidão da vacinação e uma segunda onda forte de contágio, que deixam pouca margem de manobra às autoridades que não os lockdowns com diferentes graus de restrição à mobilidade. A mediana das previsões contidas no boletim Focus é de 3,2%, o que significa um desempenho ruim, já que fica abaixo do carregamento estatístico herdado da 3,6% para 2021.

A variação do IPCA de fevereiro foi bastante concentrada: a alta de 7,09% dos combustíveis equivaleu a 42% do índice cheio, ou impulso de 0,36 ponto percentual. Apenas a elevação dos preços da gasolina e dos cursos regulares de educação corresponderam a 50% da variação total. A corrida dos combustíveis se deve ao choque conjugado do aumento forte das cotações do petróleo com a desvalorização intensa do real, que atinge várias outras commodities industriais. O câmbio está fora do lugar por causa dos temores dos investidores quanto ao rumo fiscal do país. A alta de combustíveis tem potencial para se espalhar por todos os setores da economia.

Igualmente ruim tem sido a trajetória dos preços desde maio de 2020. Na evolução em 12 meses, o IPCA marchou ininterruptamente para cima até agora. Nessa base, o índice será ainda mais desfavorável um pouco adiante, porque em abril e maio de 2020 houve deflação. A expectativa é a de que até junho o índice encoste em 7%.

Os estragos no IPCA serão maiores quanto mais tempo o dólar se valorizar em relação ao real. Apesar de 8 dos 9 setores apresentarem alta de preços, as variações foram modestas. Já os preços dos alimentos caem há três meses e em fevereiro variaram 0,27%. Mesmo na Educação, a variação positiva foi a menor para o mês desde 2010. O índice de difusão nos preços também caiu há três meses: de 76% em dezembro foi a 63% no mês passado.

A redução do valor do auxílio emergencial, e sua inexistência nos dois primeiros meses do ano ajudaram a conter uma **inflação** maior. A seu lado estão um desemprego recorde e a redução do rendimento real da população ocupada, causada em especial pelo aumento dos preços dos alimentos (15% em 12 meses). Entre o penúltimo e o último trimestre de 2020, ele caiu 2,6% na média, mas foi mais intenso para os trabalhadores sem carteira assinada (-7%) e para os que trabalham na indústria (-6,5%) e comércio (-5,5%). Com renda estagnada e desemprego em alta, repasses de preços tendem a ser menores, mesmo com o câmbio.

Não há fatores de impulso à economia, com exceção do setor externo. O hiato do produto, indicador do grau de intensidade do uso dos fatores produtivos em relação a seu potencial, é de 3,9% para o BC, mas há estimativas com números maiores. Por outro lado, há claros riscos negativos para a atividade, como a iminente elevação dos juros. As previsões dos mercados apontam uma alta da Selic para além dos 5% a até 6%. Em suma, a normalização monetária pode impedir a economia de sair da retração na qual se encontra no primeiro semestre, com custo econômico e social alto, a depender da dose de juros.

O BC tem de manter as expectativas ancoradas. O estímulo monetário coadjuvado o fiscal e ambos reduziram o alcance da recessão cavalgar de 2020. Se os mercados estiverem certos, impulsos fiscais e monetários não existirão mais em pouco tempo, deixando em seu lugar uma economia em frangalhos. O BC deve atuar com parcimônia e testar o terreno, sem no entanto se aproximar da taxa real neutra, "normal" (3%), porque a economia ainda precisa de cuidados. Havia grandes incertezas sobre o cenário no primeiro semestre de 2021 e não há mais: será ruim. As incertezas rondam agora o ano inteiro. Não há motivos para o BC se precipitar.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Maioria projeta alta da Selic para 2,5%

Victor Rezende e Marcelo Osakabe De São Paulo

Se depender da aposta majoritária dos analistas ligados ao mercado, a taxa básica de juros abandonará a mínima histórica de 2% e será elevada em 0,50 ponto percentual na reunião de semana que vem do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Em levantamento do Valor com 87 instituições financeiras e consultorias, a elevação da Selic para 2,5% é defendida por 76 casas. Outras sete acreditam em uma alta mais modesta, de 0,25 ponto percentual, enquanto duas projetam a manutenção do juro básico no nível atual. Outras duas instituições têm, em seu cenário básico, um aumento mais agressivo da Selic na próxima semana, de 0,75 ponto.

Como justificativa para o início do processo de aperto monetário - o primeiro desde julho de 2015 -, analistas apontam para o aumento dos riscos fiscais; câmbio mais depreciado que o esperado; piora do ambiente externo para emergentes; e a deterioração das expectativas de **inflação**.

Divulgado ontem, o IPCA de fevereiro surpreendeu ao mostrar um resultado acima do teto das estimativas do mercado e promoveu diversas revisões para cima do índice neste ano. No acumulado em 12 meses, o IPCA ficou em 5,20%, o que configura uma surpresa inflacionária de 0,77 ponto percentual em relação às projeções do Banco Central reveladas no Relatório de **Inflação** (RI) de dezembro.

"O quadro está mais complexo para o BC. O cenário alternativo indica que ele deveria começar com um movimento mais robusto. Uma elevação mais modesta parece arriscada no atual contexto e teria chances de acabar sendo contraproducente", afirma o economista-chefe para Brasil do BTG Pactual, Cláudio Ferraz.

O profissional diz ser possível que o Copom comece a elevar o juro básico em 0,50 ponto, mas, em sua comunicação, deixe algum espaço para uma aceleração do ritmo nas próximas reuniões. "A depender do tamanho do ciclo, pode fazer sentido acelerar mais à frente", diz. O BTG espera quatro altas de 0,50 ponto e um ajuste mais gradual posteriormente, mas enfatiza que o viés é de alta em suas estimativas. "Há uma clara tendência de ser mais, e não menos", diz.

Ao lembrar que, em janeiro, o Copom indicou que

pretende retirar o grau extraordinário dos estímulos, o economista-chefe da Itaú Asset Management, Diogo Guillen, contempla em seu cenário básico quatro elevações de 0,50 ponto na Selic a partir deste mês. "Ao chegar a 4%, o Copom deve começar a tatear outras questões, como a dinâmica de atividade, hiato do produto, a taxa neutra e a conversão das expectativas de **inflação** para a meta", afirma o profissional.

Em sua avaliação, o maior receio do BC está na possibilidade de as expectativas deste ano contaminarem as de 2022. Atualmente, a mediana dos economistas do Focus aponta para o IPCA em 3,5% no ano que vem. A Itaú Asset, porém, trabalha com um cenário em que a **inflação** deve ficar ligeiramente acima do centro da meta, em 3,7%. Para este ano, a projeção da gestora é de 5,1 %.

Além disso, Guillen ressalta que, embora a **inflação** de fevereiro tenha aumentado a possibilidade de o BC dar início ao ciclo com uma alta mais agressiva, o colegiado deve optar por uma elevação de 0,50 ponto somada a uma indicação de possibilidade de aceleração do ritmo de aperto no futuro.

Nos preços do mercado, porém, tem ganhado força a chance de uma alta mais forte. No fechamento de ontem, a curva de juros indicava 83% de possibilidade de uma elevação de 0,75 ponto na taxa básica na semana que vem. Para o fim do ano, o mercado já embute nos preços uma Selic acima de 5,5%. No levantamento do Valor, o ponto médio das estimativas é de 4,5% para a Selic no fim deste ano, acima do nível observado no Focus (4%).

A economista Elisa Machado, da ARX Investimentos, defende um início mais agressivo do ciclo diante da deterioração das expectativas de **inflação**. "Por uma questão de inércia, a **inflação** mais alta neste ano vai começar a contaminar as expectativas, mas tudo isso vai depender da atuação do BC", afirma a profissional, cujo cenário básico contempla o IPCA em 5,2% e a Selic em 6% no fim deste ano.

Além da **inflação** corrente, ela nota que já há alguma contaminação nas inflações implícitas, taxas extraídas das NTN-Bs, que estão acima de 5% em alguns prazos. "Temos uma característica de desancoragem que recomenda uma atitude mais forte do BC. Além disso, temos visto o câmbio em um nível bem alto, que fez até mesmo o BC mudara forma de atuar." Os economistas Carlos Pedroso e Maurício Nakahodo, do

MUFG Brasil, enfatizam, inclusive, que "uma elevação de juros mais moderada que o esperado, ou mesmo a manutenção em 2%, poderia ocasionar o efeito indesejado de desvalorizar o real, alimentando pressões inflacionárias e também podendo inclinar a curva de juros, dado que o mercado poderia interpretar um menor compromisso para coordenar as expectativas".

Nesse sentido, o MUFG trabalha com um aumento de 0,50 ponto neste mês. Para os economistas, o receio de desaceleração da economia "pode ser um fator limitante" do processo de aperto, "mas com a pressão do câmbio, as diversas rodadas de reajuste de combustíveis e a grande incerteza no front fiscal, entendemos que o BC irá iniciar a elevação dos juros ao ritmo de 0,50 ponto por reunião".

Na outra extremidade da tabela, o economista-chefe para América Latina e Caribe da Economist Intelligence Unit (EIU), Robert Wood, diz ser "inevitável" uma alta de pelo menos 0,25 ponto na próxima reunião. Ele destaca que "o presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem tentado frear expectativas de mercado sobre um início mais agressivo da normalização".

O profissional afirma ainda que a aprovação da PEC Emergencial pelo Congresso "dá à autoridade monetária algum espaço de manobra, mesmo que sua potência tenha sido diluída ao longo das negociações". No entanto, após um início de normalização mais gradual do que o próprio mercado espera, Wood entende que o Copom será forçado a elevar a dose nas próximas reuniões para assegurar que as expectativas de inflação não desancorem do centro da meta.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186737

Expectativa de alta

Projeções para a Selic, em % ao ano

Instituição	Mar/21	Dez/21	Instituição	Mar/21	Dez/21
Daycoval	2,00	3,75	Infinity Asset	2,50	4,50
Veedha Investimentos	2,00	4,00	JGP	2,50	4,50
Persevera	2,25	3,00	MAG	2,50	4,50
Ativa	2,25	3,50	Mizuho	2,50	4,50
Oxford Economics	2,25	3,75	MUFG	2,50	4,50
Tendências Consultoria	2,25	4,00	Rio Bravo	2,50	4,50
The Economist Intelligence Unit (EIU)	2,25	4,25	Santander Asset Management	2,50	4,50
Parallaxis	2,25	4,50	Western Asset	2,50	4,50
Troster & Associados	2,25	4,50	Exploritas	2,50	4,75
Wells Fargo	2,50	2,75	Itaú Asset Management	2,50	4,75
CM Capital Markets	2,50	3,00	LCA Consultores	2,50	4,75
Société Générale	2,50	3,50	Pezco	2,50	4,75
Acrefi	2,50	3,75	ACE Capital	2,50	5,00
ASA Investments	2,50	4,00	Armor Capital	2,50	5,00
Asset 1	2,50	4,00	Austin Rating	2,50	5,00
Banco Inter	2,50	4,00	AZ Quest	2,50	5,00
Bank of America	2,50	4,00	Citi	2,50	5,00
Bradesco	2,50	4,00	FGV/Ibre	2,50	5,00
Bradesco Asset (Bram)	2,50	4,00	GO Associados	2,50	5,00
BRP	2,50	4,00	Itaú Unibanco	2,50	5,00
Coface	2,50	4,00	Modal	2,50	5,00
Fibra	2,50	4,00	Paraná Banco	2,50	5,00
Genial Investimentos	2,50	4,00	Wealth High Governance (WHG)	2,50	5,00
Guide Investimentos	2,50	4,00	XP Investimentos	2,50	5,00
MZK Investimentos	2,50	4,00	Fator	2,50	5,25
Órama	2,50	4,00	Macro Capital	2,50	5,25
Pantheon Macroeconomics	2,50	4,00	BNP Paribas	2,50	5,50
Rabobank	2,50	4,00	Gauss Capital	2,50	5,50
Renascença	2,50	4,00	Genoa Capital	2,50	5,50
Safra	2,50	4,00	J.P. Morgan	2,50	5,50
Santander	2,50	4,00	MB Associados	2,50	5,50
Sicredi	2,50	4,00	Natixis	2,50	5,50
SM Managed Futures	2,50	4,00	Occam	2,50	5,50
SulAmérica	2,50	4,00	Petros	2,50	5,50
Trafalgar	2,50	4,00	Porto Seguro Investimentos	2,50	5,50
ABC Brasil	2,50	4,25	Quantitas	2,50	5,50
Azimut Brasil	2,50	4,25	Reag Investimentos	2,50	5,50
BTG Pactual	2,50	4,25	TRUXT Investimentos	2,50	5,50
Morgan Stanley	2,50	4,25	Verus	2,50	5,50
Banco Alfa	2,50	4,50	Garde Asset	2,50	6,00
Barclays	2,50	4,50	Scotiabank	2,50	6,00
BNP Asset	2,50	4,50	ARX Investimentos	2,75	6,00
Bocom BBM	2,50	4,50	Novus Capital	2,75	6,00
Credit Suisse	2,50	4,50			

Fontes: Instituições financeiras e consultorias. Elaboração: Valor Data

"Bolsonaro está queimado; centro enfrentará Lula"



Senador acha que Lula abriu uma avenida para o centro, por onde Doria, Leite, Mandetta, Huck e Giro podem transitar

Maria Cristina Fernandes

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) animou-se com a possibilidade de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vir a ser candidato. "Abriu-se uma larga avenida para o centro", diz. Na contramão, não acredita que o cenário ficará polarizado entre Lula e o presidente da República. Aposta que Jair Bolsonaro, pela gestão "imperdoável e criminoso" na pandemia se inviabilizou: "Bolsonaro está queimado".

Para enfrentar Lula, Tasso defende que cinco nomes sentem para conversar: os dois pré-candidatos do seu partido, os governadores de São Paulo, João Doria, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, Luiz Henrique Mandetta, do DEM, além do ex-ministro Ciro Gomes, do PDT, e o apresentador Luciano Huck, ainda sem partido. Reconhece as dificuldades de tirar uma chapa única desses cinco nomes mas diz que a gravidade da crise impõe que conversem. "Têm que estar abertos para serem apoiados mas também para apoiar", diz.

Este centro, diz, deveria buscar se diferenciar de Lula por uma plataforma econômica liberal, defensora da privatização não como o caminho único, mas necessário, rigor fiscal, política monetária conduzida por um Banco Central independente e uma "forte visão social aberta às diversidades do mundo moderno e defensora intransigente do meio ambiente e da ciência". Nesta plataforma, não há lugar para ataques

peçoais. "Não gosto de fazer julgamento de caráter ou de honestidade das pessoas. Faço julgamento político. As pessoas não discutem mais política. Se enfrentam com ódio", diz.

Aos 72 anos, o ex-presidente do PSDB, que acumula o segundo mandato como senador, depois de três gestões como governador do Ceará, quer uma disputa limpa com o ex-presidente. "As pessoas no mercado financeiro e nos meios empresariais diziam que qualquer coisa era melhor que o PT. Não é verdade. A pandemia atacou a todos de maneira muito forte. Muitas pessoas que tinham essa visão já não a têm", diz.

A seguir, os principais trechos da "Live" do Valor, feita com o senador ontem na hora do almoço, a partir de seu escritório em Fortaleza, de onde também participam sessões virtuais no Senado.

Valor: O que muda a entrada de Lula no jogo eleitoral de 2022?

Tasso Jereissati: Se Lula indicasse um candidato como já fez no passado ele não seria tão visto tão como de extrema-esquerda quanto ele. E não estou fazendo aqui nenhum julgamento porque não acredito que Lula seja de extrema-esquerda. Mas, simbolicamente, os dois representam esses polos, Bolsonaro pela direita e Lula, pela esquerda. Isso significa que nós, ou seja, o centro, abrimos uma avenida larga em que, entre aqueles que não querem a extrema-esquerda e aqueles que não querem a extrema-direita, possam encontrar um espaço. Isso vai depender de nós agora, políticos de centro, que somos a maioria, escolher bem um candidato que possa representar esse equilíbrio.

Valor: O senhor fala de uma avenida larga para o centro, mas tanto Lula quanto Bolsonaro já dão sinais de que vão moderar o discurso na direção ao centro que é o mercado eleitoral que lhes resta. A força desses polos não tenderá, naturalmente, a atrair partidos de centro com vistas a uma aliança de governo?

Tasso: É óbvio que os dois lados vão tender para o centro porque a chance de qualquer deles vir a ganhar a eleição está lá. E existe também a tendência de alguns parti-

dos do centro, não confundir com o Centrão, se aliarem àquele que tem mais chance de ganhar porque isso já aconteceu com Lula, com Dilma quando vários partidos, mais do Centrão do que do centro, aderiram, e agora com o próprio Bolsonaro. Mas os eleitores, não. Não necessariamente seguem esses partidos. Então há um espaço a ser trabalhado porque existe uma grande aversão do eleitor tanto da experiência Bolsonaro quanto da experiência Lula.

Valor: O senhor acha que o centro deve se unir para tirar Lula ou Bolsonaro do jogo?

Tasso: Não para tirar um ou outro, mas para ganhar.

Valor: Mas é previsível que um dos dois esteja no 2º turno, não?

Tasso: Acho que o Bolsonaro está queimado. Para o centro mais consciente, está queimado. Sua atuação em vários setores nesse momento de pandemia o exclui até de probabilidade de aliança nossa. O que ele tem feito até aqui, alguns chamam de genocídio, acho até que tem um lado de crueldade nas manifestações do governo em relação à pandemia até agora.

Valor: Então toda essa repaginação com uso público de máscaras e defesa da vacina não será capaz de reverter a percepção sobre a conduta do presidente?

Tasso: Até ontem [quarta-feira] à noite a gente tinha mais de 2.300 mortos em 24 horas. É a taxa de mortalidade mais alta do mundo. Li a opinião de um cientista respeitado dizendo que podemos passar de 300 mil mortos. Isso não se apaga, não se recupera e não pode ser esquecido. É a maior mortandade na história do Brasil. Não houve guerra, nem seca nem nenhum outro evento que se iguale. Pode mudar de lado de agora por diante mas essas vidas não voltam. Então isso é imperdoável.

Valor: Se o senhor estiver certo, esta avenida larga levaria para uma candidatura de centro-direita. Lula disse a situação dramática do país projeta as chances de uma aliança encabeçada pela esquerda. Ele está errado?

Tasso: Acho que ele está equivocado, no entanto acho que é o caminho que ele vai percorrer agora nesse período pré-eleição. Ele [Lula] conhece muito bem o país e o eleitorado brasileiro e sabe que se não vier em direção ao centro suas chances de ganhar a eleição são muito pequenas. Como ele fez no passado. Disputou várias eleições e, muito inteligentemente, na eleição que ele ganhou fez a tal "Carta ao Povo Brasileiro" em que abria claramente

para uma aproximação com a centro-direita. Tivemos, por exemplo, no governo Lula, ao longo dos dois primeiros anos, um Ministério da Fazenda em que o principal formulador de política econômica, o Marcos Lisboa [ex-secretário de Política Econômica e atual presidente do Insper], que é respeitado por todos nós como um grande formulador de política econômica liberal. Entre a centro-esquerda e a centro-direita o que há são nuances. O próprio PSDB nasceu da aliança entre a centro-esquerda e a centro-direita. Franco Montoro [governador de São Paulo entre 1982 e 1986 fundador do PSDB] tinha origem na democracia cristã, de direita, não de extrema-direita, extremamente democrático e social. A tendência do [ex-presidente] Fernando Henrique, Mário Covas [governador de São Paulo entre 1995 e 2001] e [senador] José Serra (PSDB-SP) era da social-democracia alemã, quase uma divisão do marxismo e do bolchevismo à direita.

Valor: Com a presença do Marcos Lisboa como um dos principais formuladores econômicos no primeiro mandato de Lula o senhor sugere que o Lula não governou com uma plataforma de esquerda...

Tasso: Ele não foi um dos principais, foi o [ênfático] formulador econômico do governo Lula e foi um sucesso. Não posso negar isso. A mudança de linha do governo Lula foi a partir da entrada do ministro [Guido] Mantega e se solidificou mais à esquerda.

Valor: E qual dos dois o senhor espera encontrar na campanha, Lula I ou Lula II?

Tasso: É achismo, porque um Lula que passou quase um ano e meio preso com todas as dificuldades, as acusações que enfrentou e os problemas que teve, é um Lula diferente, mas o Lula tradicional, que conheci lá atrás na hora da campanha é o Lula vindo para o centro e pregando paz.

Valor: E que plataforma embasaria uma candidatura competitiva contra este Lula que virá?

Tasso: Uma política econômica de mercado, liberal, com uma forte visão social e bastante aberta às diversidades e às realidades do mundo moderno, defensora intransigente do meio ambiente e da ciência, que tenha na privatização não o único caminho mas uma necessidade, não seja preconceituosa, tenha rigor fiscal para que não se repita o desastre que já aconteceu e com uma política monetária que seja conduzida por um Banco Central independente.

Valor: Na plataforma de uma candidatura de centro como esta que o senhor descreve teria lugar para declarações como a do ex-ministro Ciro Gomes sobre

Lula: "É inocente, mas não honesto"?

Tasso: Não gosto muito de fazer julgamentos de caráter, de honestidade das pessoas sem ter uma visão muito comprovada. Se fosse juiz seria um péssimo juiz. Faço julgamento político. Esse processo gerou no Brasil, e nos Estados Unidos, muito ódio. As pessoas não discutem mais política. Se eu tivesse o poder de aconselhar uma candidatura de centro não seria, com certeza, em cima de ataques pessoais, mas de uma proposta para o país.

Valor: O presidente do PSDB, o deputado Bruno Araújo, marcou prévias para 17 de outubro. Já há duas pré-candidaturas, a dos governadores de São Paulo, João Doria e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Doria protagonizou campanhas com acusações do gênero que o senhor descreveu. Ele se encaixa no perfil de quem faz ataques pessoais para ganhar voto?

Tasso: Um partido como o PSDB diante da situação grave em que vivemos deve fazer o possível para que não venha uma próxima administração com propostas que agravem ainda mais a situação econômica do Brasil. Temos que respeitar regras e ter capacidade de atrair investimentos estrangeiros que são cruciais para a retomada do crescimento econômico. O partido deve buscar qual será seu candidato, mas também alianças. Se conseguirmos um candidato único de centro seria o ideal. E quem quer ser apoiado tem que estar aberto a apoiar também. Então eu colocaria nesses nomes de centro, o próprio **Ciro [Gomes]**, o [ex-ministro da Saúde, **Luiz Henrique] Mandetta**, o [apresentador **Luciano] Huck**, o Doria e o Leite. São nomes de centro, cada um com seu estilo, não posso mudar o estilo pessoal de ninguém, mas o tom da campanha, com certeza, tem que ter nível, com visão de país.

Valor: Doria, Leite, Mandetta, Huck e **Ciro** poderiam se entender para formar uma chapa? O senhor já conversou com eles sobre isso?

Tasso: É um entendimento difícil, mas é um esforço que devemos fazer. Já conversei com alguns e eles têm essa consciência, mas reconheço que disso aí à prática é muito mais difícil. O diabo mora nos detalhes, então na hora de se concretizar uma aliança como esta não é fácil.

Valor: O senhor tem se batido pela independência de seu partido em relação ao governo Bolsonaro, mas hoje há alguns tucanos muito próximos da base de governo, como o deputado **Aécio Neves** que acaba de ser agraciado com a Comissão de Relações Exteriores na Câmara. Ele representa o PSDB?

Tasso: Não. É um deputado importante do PSDB, mas

não representa, não é majoritário e não representa o PSDB.

Valor: Não apenas este governo, mas aqueles que o antecederam têm cedido fatias crescentes do Orçamento para fundos eleitorais e partidários e para emendas parlamentares. O Executivo está cada vez mais refém de blocos parlamentares que comandam a distribuição dessas verbas. Por outro lado, não se vê um incremento seja na democracia interna dos partidos, seja na transparência dos partidos. Como é que se resolve isso se são os próprios parlamentares que são os beneficiários dessas regras?

Tasso: Sou favorável a uma **reforma política** e eleitoral profunda. Indo mais ao extremo, sou parlamentarista, mas vamos ter um Congresso mais forte até do que no parlamentarismo. A gente vive o momento mais agudo da capacidade de pressionar o Congresso. Tanto Lula quanto FHC tinham base parlamentar e o Centrão ia para lá e para cá quando se precisava de quórum constitucional, mas não era a base do governo. Agora o Centrão é a base. Cada vez mais generoso com as vantagens e privilégios dos parlamentares. É uma tendência que não está limitada ao Centrão. Ela permeia os outros partidos e faz com que o espírito corporativo se fortaleça e enfraqueça o governo. Não é à toa que tivemos [o senador] **Davi Alcolumbre (DEM-AP)** e o [deputado] **Rodrigo Maia (DEM-RJ)** como presidentes poderosíssimos que ditavam o que entrava na pauta e não entrava. Por isso precisamos do voto distrital misto.

Valor: Mas no que é que o voto distrital misto muda essa relação de um Executivo refém do Congresso?

Tasso: Primeiro muda as estruturas partidárias. O governo FHC chegou com uma forte base parlamentar, do PSDB, aliado ao DEM, e depois ao MDB. Quando tinha reforma constitucional precisava de mais apoios mas a base era essa. A última eleição no Congresso foi a pá de cal dos partidos dentro do Parlamento. A busca por votos para a Presidência das mesas foi feita individualmente dentro dos partidos, não importando as lideranças partidárias. Houve um atropelamento dos partidos.

Valor: Na melhor das hipóteses, uma mudança estrutural só virai para a legislatura de 2026. Como o próximo presidente poderá fazer política pública com o Executivo assim tão refém ?

Tasso: O governo é fraco porque não tem base parlamentar. As coisas acontecem no Congresso à revelia de um Executivo sem qualquer experiência política. Essa possibilidade de uma relação melhor nasce da possibilidade de uma união partidária em torno de um programa claro e pré-definido. Não vai ser

um programa nunca de centro-direita nem de centro-esquerda mas dentro das afinidades que são possíveis.

Valor: O senhor propôs uma CPI para investigara conduta do governo na pandemia e o senador Rodrigo Pacheco engavetou o pedido. A que o senhor atribui essa atitude?

Tasso: Essa CPI já foi assinada por 32 senadores. A gestão do governo federal e do Ministério da Saúde foi criminosa porque matou muita gente e ainda vai matar mais. Só a mudança de liderança do [Donald] Trump para o [Joe] Biden contribuiu enormemente para a queda no número de casos e óbitos da pandemia nos EUA. Porque tratou o governo nacional como referência e como mobilizador de um esforço de guerra, que é vacinar e não aglomerar. O presidente Bolsonaro e o ministro da Saúde não apenas não quiseram fazer mas sabotaram quem quis fazer. A CPI responsabilizaria isso, até para que futuros governantes do Brasil saibam que a irresponsabilidade de um presidente, de um ministro têm consequências. Também teria o objetivo de parar a sabotagem, de que tomassem consciência de que teriam que vir prestar contas ao Congresso. Na quinta-feira passada, o representante do Ministério da Saúde veio ao Senado e entregou uma tabela de vacinação com um cronograma completamente diferente daquele que foi anunciado ontem [na quarta-feira] pelo ministro Pazuello. Eles prometeram 38 milhões de vacinas contando, por exemplo, com a Bharat Biotech, que nem pedido de registro tem na Anvisa. Como é que um governador de Estado pode se planejar assim? Não tem a menor transparência. Insisto em CPI porque, primeiro, não se convida, se convoca. Depois você vai sob juramento. Não se pode mentir ou falsear a verdade. Tanto do lado do governo quanto do lado das farmacêuticas.

Valor: E por que então não sai a CPI?

Tasso: Prefiro acreditar que o presidente do Senado seja cauteloso e não esteja querendo provocar uma crise, mas discordo dele porque a crise já está aí. Pior crise que esta não existe. Seria uma ação de responsabilidade e de tranquilidade para o país. Não está visando ao impeachment, nem prender ninguém, é uma responsabilização futura.

Valor: Como relator da Lei de Responsabilidade das Estatais, o senhor mandou uma carta para a CVM dizendo que o intuito desta lei foi equilibrar a relação entre o controlador e as empresas públicas. Qual o desdobramento da carta e o que se deve esperar da gestão da Petrobras sob o general Luna e Silva?

Tasso: Desdobramento nenhum, mas não tenho a

menor dúvida de que se está fazendo um desrespeito claro e frontal à Lei das Estatais. Existe uma certa acomodação em relação à infração das leis. A lei também proíbe subsídio sem que haja compensação financeira para não prejudicar os acionistas. A exigência do currículo também é muito clara.

Valor. Diante de uma afronta como esta à Lei das Estatais como se explica que o presidente Bolsonaro ainda guarde apoio no mercado?

Tasso: Tenho minhas dúvidas se esse apoio ainda existe na mesma intensidade. Se esse existisse não haveria tanto recurso saindo do Brasil. E quando há fuga de capital? Quando há uma desconfiança muito grande. O que houve num primeiro momento foi um antipetismo irracional. As pessoas no mercado financeiro e no meio empresarial, em geral, diziam que qualquer coisa era melhor que o PT. Não é verdade. O Brasil tem instituições, tem Legislativo e Judiciário. Se tudo funcionar direitinho, tudo é controlável entre os Três Poderes. Ignorou-se tudo isso e se elegeu o pior para o Brasil.

Valor: O antipetismo sobrevive com a mesma força?

Tasso: O antipetismo não é mais tão cego de achar que qualquer coisa é melhor que o PT. Converso com pessoas que tinham essa visão e hoje já não veem do mesmo jeito. A pandemia atacou a todos de maneira muito forte.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>